

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS**  
**CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**DISSERTAÇÃO**

**ENTRE INSUBORDINAÇÕES E INSOLÊNCIAS: UMA AUTOETNOGRAFIA SOBRE**  
**VIOLÊNCIAS DE RAÇA E RACISMO EM AMBIENTES EDUCACIONAIS**

**JULIANA NASCIMENTO DA SILVA AVELINO**

**2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,  
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**ENTRE INSUBORDINAÇÕES E INSOLÊNCIAS: UMA AUTOETNOGRAFIA  
SOBRE VIOLÊNCIAS DE RAÇA E RACISMO EM AMBIENTES EDUCACIONAIS**

**JULIANA NASCIMENTO DA SILVA AVELINO**

*Sob a Orientação da Professora*  
**Joselina da Silva**

*e Co-orientação do professor*  
**Amauri Mendes Pereira**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ  
Dezembro de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A948e Avelino, Juliana Nascimento da Silva , 1994-  
Entre insubordinações e insolências: uma  
autoetnografia sobre violências de raça e racismo em  
ambientes educacionais / Juliana Nascimento da Silva  
Avelino. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2022.  
89 f.: il.

Orientadora: Joselina da Silva.  
Coorientador: Amauri Mendes Pereira.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em  
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas  
Populares, 2022.

1. Autoetnografia. 2. Violência . 3. Discriminação  
. 4. Racismo, Raça. 5. Sexismo. I. Silva, Joselina da  
, 1955-, orient. II. Pereira, Amauri Mendes , 1951-,  
coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Programa de Pós-graduação em Educação,  
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. IV.  
Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS  
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**



**TERMO Nº 681 / 2023 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)**

**Nº do Protocolo: 23083.038147/2023-08**

**Seropédica-RJ, 15 de junho de 2023.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**JULIANA NASCIMENTO DA SILVA AVELINO**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 18/12/2022

Membros da banca:

AMAURI MENDES PEREIRA. Dr. UFRRJ (Coorientador/Presidente da Banca).

CRISTIANE SOUSA DA SILVA. Dra. IFCE (Examinadora Externa à Instituição).

JAQUELINE GOMES DE JESUS. Dra. IFRJ (Examinadora Externa à Instituição).

MARIA SIMONE EUCLIDES. Dra. UFV (Examinadora Externa à Instituição).

*(Assinado digitalmente em 15/06/2023 17:47 )*  
AMAURI MENDES PEREIRA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptPE (12.28.01.00.00.00.24)  
Matrícula: 2131782

*(Assinado digitalmente em 17/06/2023 13:30 )*  
CRISTIANE SOUSA DA SILVA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 915.209.753-68

*(Assinado digitalmente em 16/06/2023 15:33 )*  
JAQUELINE GOMES DE JESUS  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 852.352.021-04

*(Assinado digitalmente em 17/06/2023 09:41 )*  
MARIA SIMONE EUCLIDES  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 016.964.136-80

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **681**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **15/06/2023** e o código de verificação: **941787f64d**

## **Agradecimentos**

Ao Autor e Consumador da minha fé que me guia, me sustenta e se apresenta quando a vida não dá conta de ser vivida por si. Que com suas mãos fortes, por vezes secou as minhas lágrimas com os ventos da vida, que aquecia minha pele com o sol que me ilumina e que me anunciou o caminho e esteve comigo nos dias em que os meus olhos não enxergava beleza no céu.

À minha família, que me inspira, me sustenta com palavras encorajadoras, com orações e em fé na possibilidade de vida quando não se há esperança para viver. Estamos escrevendo uma linda história, família.

Aos meus amigos e amigas, que me formam e conformam, que me inspiram e que seguraram em minhas mãos quando a roda da vida girou e nada me sobrou. Aos que ficaram, obrigada por tudo, é muito bom saber que “Tudo o que nós tem é nós – Joyce, Suzana, Geandre, Terená, Crislaine, Valesca, Gabriela, Gabrielle, Priscila, Itaiara, Nathalia, Luana, Thuanne, Raylane, Yasmin, Anna Cristina, Maiara, Verônica, Fernanda, Geandre, Karolyne, Karoline, Luziara, Lídia e Carla”.

À minha comunidade de fé, Ministério Lugar Seguro, obrigada pelas orações, em especial aos meus amigos e líderes Thiago e Thalita.

Ao Centro Espírita Justiça e Amor, que me abençoaram com o pagamento da minha inscrição do mestrado e que alimentaram a minha casa e família, quando pensei que fosse faltar no período crítico da pandemia. Minha amiga Luziara, Mãe Paula Moita e todo CEJA, muito obrigada por tudo!

Aos meus alunos e jovens, obrigada por me ensinarem tanto e compartilharem a vida comigo e me permitirem a partilha com vocês. Vocês tornam os meus processos reflexivos mais acessível e possível.

Aos meus queridos e amados orientadores, Joselina da Silva e Amauri Mendes, muito obrigada pela confiança, pela paciência, pelo respeito, pela possibilidade de crescimento e sobretudo, muito obrigada pelo compromisso com a minha vida e minha história. Obrigada por cada encontro, não sou capaz de agradecer ao Sagrado pela oportunidade de viver a vida e ter este encontro ancestral ao lado de vocês. Quem tem vocês, tem um pouco de tudo o que precisamos nessa vida. Obrigada por tanto.

Ao PPGeduc e aos professores do programa, muito obrigada pela possibilidade de formação.

Às mulheres que compõe esta banca, professoras Cristiane Sousa Silva, Maria Simone Euclides, Jaqueline Gomes de Jesus e Maria Manuela Alves Maia, muitíssimo obrigada pelo compromisso, pela partilha, pelo afeto, respeito e cuidado. Sou grata e muito feliz por dividir este momento ao lado de tamanha potência.

Aos meus grupos de estudos e aos meus companheiros e companheiras de luta do Conjuntura Nacional e Luta contra o racismo e Núcleo de Estudos Brasileiro Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais que formaram e potencializaram a mulher que me tornei.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

AVELINO, Juliana Nascimento da Silva. **Entre insubordinações e insolências: uma autoetnografia sobre violências de raça e racismo em ambientes educacionais.** 2022. 89p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2022.

## **RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo narrar, descrever, analisar e denunciar por meio de relatos os episódios de violências racistas, sexistas, classistas e machistas por mim sofridas no ambiente educacional formal – (escola e universidade) e informal – (igreja, família, trabalho e amigos/relações interpessoais). As violências aqui descritas, seriam capazes de exemplificar o processo racista contido nos ambientes escolares? Em busca de respostas, nos valeremos dos seguintes objetivos específicos, denunciar, narrar, descrever e analisar os relatos de violências de raça e racismo por mim sofridos em ambientes educacionais (escola e universidade) e compreender como os ambientes não formais (trabalho, igreja, relações interpessoais) refletem estas lógicas racistas e contribuem para a conformação de práticas racistas.

**Palavras Chaves:** Autoetnografia, Violência, Discriminação, Racismo, Raça e Sexismo.

AVELINO, Juliana Nascimento da Silva. **Between insubordination and insolence: an autoethnography about racial violence and racism in educational environments.** 2022. 89p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2022.

### **ABSTRACT**

This work aims to narrate, describe, analyze and denounce through reports the episodes of racist, sexist, classist and sexist violence that I suffered in the formal educational environment - (school and university) and informal - (church, family, work and school). friends/interpersonal relationships). Would the violence described here be able to exemplify the racist process contained in school environments? In search of answers, we will make use of the following specific objectives, to denounce, narrate, describe and analyze the reports of racial and racist violence suffered by me in educational environments (school and university) and to understand how non-formal environments (work, church, interpersonal relationships) reflect these racist logics and contribute to the formation of racist practices.

**Keywords:** Autoethnography, Violence, Discrimination, Racism, RaceandSexism.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEDERJ/RJ – Centro de Ciências e Educação Superior à Distância

CEF – Caixa Econômica Federal

CEFET/RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

DEFD – Departamento de Educação Física e Desportos

EBD – Escola Bíblica Dominical

EBF – Escola Bíblica de Férias

ERER – Ensino das Relações Étnico Raciais

IFRJ – Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Rio de Janeiro

ME – Movimento Estudantil

NUN – Núcleo Universitário Negro

PROAES – Pró Reitoria de Assuntos Estudantis

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UEZO – Fundação Centro Universitário Estadual da zona Norte

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 .....	34
----------------	----

*“O meu castelo tem um quarto só  
E amianto pra cobrir minha cabeça  
Meu guarda roupa é feito de uma só gaveta  
E mora lá, o passarinho verde da esperança.  
Quem tenta incessantemente alcança  
No balanço das andanças aprendi sobreviver”*

*(Renato da Rocinha – Castelo de um quarto só)*

## Sumário

Introdução .....	12
O encontro com a autoetnografia .....	21
Teoria sobre autoetnografia .....	30
Um corpo na escola e suas experiências de racismo.....	36
Racismo no mundo do trabalho .....	49
De Jovem aprendiz à universidade.....	55
Do trabalho à universidade .....	63
Do ciclo de reprovações ao ciclo de assédios: moral e sexual .....	67
Racismo na universidade .....	76
Conclusão.....	84
Referências .....	86

## **Introdução**

Início estes escritos sugerindo alguns acordos para a nossa leitura, pegue um copo d'água gelado ou o que melhor lhe convém, mantenha-o por perto, para que possa fazer uso quando não mais conseguir digerir os relatos aqui descritos. Aproveito para sinalizar que, o nome dos personagens, das cidades, das disciplinas e sobretudo dos meus familiares foram trocados para que pudesse minimamente não expô-los a qualquer constrangimento ou perturbação futura advinda de quaisquer situação.

Dos personagens, lojas e sujeitos, mantenho-os também com seus respectivos nomes fictícios para que não sejam atravessados por nenhum tipo de constrangimentos futuros. Vamos nos conhecer?

De onde venho? Em termos de laços sanguíneos e familiares, sou parte de uma família onde somos 9 netos e netas (Gustavo, Francisca, Antônia, Fábria, Alexandra, Dara, Joana, Fernanda e Cíntia) e 1 bisneta (a Flor). 6 filhos e filhas (Fabrício, Fernando, Josiane, Marina, Martha e Isabel), por dos laços maternos. No que diz respeito aos laços paterno, pouco sei da história, mas sei que meu pai tem dois irmãos, 1 homem (Samuel) e 1 mulher (Mônica).

Para eu chegar neste plano, no qual habitamos, segundo minha avó, ela descobriu que minha mãe estava grávida através de um sonho, onde ela tinha a visão de uma linda menina e logo em seguida uma voz dizia que essa menina estava “No meio dos teus e dizia para ela, que esta mesma menina iria precisar muito dela”.

Minha mãe embora morasse com meus avós, no bairro de Itapuã, na região metropolitana no Rio de Janeiro, na cidade de Kosmos, gostava de curtir sua juventude por vezes desautorizada de seus pais, meus avós Jorge e Maria, fugia de casa para curtir os bailes funks com as amigas e amigos.

Minha avó diz que, minha mãe Isabel estava demorando muito, que depois do sonho, a preocupação aumentou. Então, durante a visita de minhas tias avós Fátima e Iara, pediu para que elas a acompanhasse até a casa de uma das amigas de minha mãe, a Edna, para verificar se minha mãe estava lá e estava. Depois de chegar lá, constatou que minha mãe estava sim grávida, com a barriga já pontuda, segundo ela.

Segundo dona Maria, minha avó, minha mãe tentou correr depois de ter sido vista por minha avó e tias, talvez fugir da própria mãe, mas minha avó e tias não deixaram e

foram atrás dela. A trouxeram de volta para nossa casano bairro de Itapuã. Onde mora, eu, ela e minha irmã Marcele.

Infelizmente, ninguém da minha família conseguiu concluir o ensino superior. Minha tia Martha conclui o ensino médio, cursou ensino técnico em enfermagem, iniciou o ensino superior, mas não o concluiu devido as peripécias da vida através do adoecimento precoce de minha avó Maria e a necessidade de entrar no mercado de trabalho. Minhas tias Mariana e Josiane concluíram o ensino fundamental, ingressando no ensino médio, mas não o concluíram, tal como meus tios Fabrício e Fernando, e minha mãe não concluiu o ensino fundamental.

A relação com meus tios homens, sempre foi de muito esclarecimento no que diz respeito a não permitir-se se enganada por algum garoto ou homem mais velho. Nossas conversas sempre partiram do seguinte lugar: “talvez você nunca seja escolhida como uma garota para ser namorada de alguém da escola ou igreja, mas se você estudar, isso te será suficiente. Você não é como aquelas meninas, mas se você estudar, ninguém poderá te deixar no dia seguinte, caso não queira lavar as louças da noite seguinte ou fazer o jantar quando chegar cansada”.

Eu não entendia muito bem o que eles queriam me dizer, mas entendia que deveria estudar e talvez o casamento, namoro e relacionamentos aconteceriam caso não tivesse filhos antes de um casamento tradicional e se eu estudasse e fosse diferenciada. Talvez para eles, as inúmeras titulações e os diplomas me servissem como uma forma de compensação emocional, caso eu não fosse escolhida para namorar e casar, como normalmente acontecia e acontece.

A vida de quase toda família é marcada por trabalhos mal remunerados, racismos, violências físicas e psicológicas seja o capitalismo através de suas más condições das distribuições orçamentárias sobretudo para nós pessoas negras. Dos mais velhos aos mais novos, a única coisa inegociável é “vocês precisam estudar (eu e minhas primas/primo), vocês não precisam ter a mesma vida que nós tivemos, vocês podem melhorar”. A educação sempre nos foi apresentado como uma ferramenta de transformação e uma possível ascensão social. Sair da condição de subalternidade, para tornar-se “algo ou alguém<sup>1</sup>”.

---

<sup>1</sup>SPIVAK, GayatriChakravorty. Pode o subalterno falar? 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

Ainda que houvesse uma pressão para a busca por um casamento imaculado – onde as meninas casam virgens, não engravidam antes do matrimônio, sem quaisquer tipos de interrupções acerca do contrato social de ser mulher na sociedade, havia também a pressão acerca dos estudos como uma saída para qualquer problema que ocorresse, caso o casamento não saísse bem sucedido. Segundo as conversas com os meus tios, o diploma compensaria quaisquer males que me acontecesse na vida.

O não ficar mal falada e engravidar significaria um possível casamento da forma como deveria ser, mas caso não acontecesse como o planejado, os diplomas da escola e universidade garantiria o não umbigo no fogão, a não obrigação de lavar as louças caso chegasse cansada após um dia exaustivo do trabalho. Logo, me livraria de qualquer transtorno e falas atravessadas de qualquer marido (reprodução da lógica heteronormativa dos relacionamentos) que não compreendesse o nosso cansaço ou desânimo frente as obrigações da casa.

Minha mãe começou a trabalhar ainda jovem. Antes de eu ou minha irmã nascermos, ela já trabalhava nos grandes centros como empregada doméstica. Trabalhar fora (na casa de família), significa não acompanhar o crescimento e desenvolvimentos das filhas, não estar presente nas reuniões/festas escolares, não acompanhar os primeiros passos, palavras ou passinhos. Tal como hoje, minha mãe morava em Itapuã, bairro de Kosmos. Bairros este com os horários de transporte públicos precários e reduzidos. O que implicaria em das coisas: um maior custo em relação a passagem do transporte público e o desgaste físico em relação percurso.

Durante este processo ainda de não compreender o porquê minha mãe trabalhava tanto e o motivos pelos quais a fazia tão ausente da minha vida e de minha irmão, duas pessoas foram muito importantes em meu processo de construção: minhas tias avós Conceição e Maria, irmãs de minha avó Maria. Elas moram no interior do Rio e só vinham/vem em nossa casa esporadicamente, mas desde a infância desenvolvem um papel fundamental de confiança e da cultura do afeto em nossa relação.

Todas as vezes em que visitaram minha casa, fazia questão de levá-las na escola, para conversar com as minhas professoras, para ouvirem sobre os meus trabalhos, do meu desempenho, e, de alguma forma, afirmar para elas que, eu não era só aquilo que alguns afirmavam que eu era e diziam que eu seria. Talvez, inconscientemente, estivesse

tentando provar para elas que eu não era só “perturbação, vergonha alheia, bagunça, desespero, desrespeito ou desobediência” e elas me entendiam perfeitamente.

Trindade (1999) sinaliza sobre a “invisibilidade ser a morte em vida”, mas estas minhas tias faziam o contrário, elas me enxergavam, me ouviam, me tocavam, me sentiam e ali eu me sentia gente. Me sentia ser alguém com suas subjetividades e individualidades acolhidas, respeitadas, abraçadas e compreendida. Nestes encontros, eu me lembrava que era uma criança que tinha muita energia e que essa energia poderia ser revertida para outras formas de desgastes como estudar, brincar, sorrir, me cuidar e não acreditar naquelas coisas que eu ouvia seja de quem fosse, aquilo não era real.

Falando destas minhas tias, aproveito para referenciar às mulheres da minha família, que através de saberes ancestrais e com suas tecnologias de sobrevivência deram conta das desorganizações do mundo físico deste plano e tiveram a coragem que só uma mulher poderia ter, enfrentar as imperícias da vida. Ora, através do desemprego, ora pela subalternidade, ora pelo perigos de ser mulheres e mulheres negras sobrecarregadas e atravessadas pelos marcos históricos que se fazem presentes desde os primórdios de quando o mundo se fez mundo.

Enquanto alguns de casa diziam que eu engravidaria<sup>2</sup>, que eu teria uma vida tortuosa, seria qualquer coisa, menos algo bom, elas diziam que acreditavam em mim. Para um momento que considerávamos nosso, elas me levavam na praça para comer churrasquinho e tomar coca cola, só para falarem o quanto eu era inteligente, bonita e que teria um futuro lindo pela frente, mas que precisaria me dedicar aos estudos e não aceitar nenhuma das palavras contrárias que alguns me diziam. A cada etapa vencida no ambiente escolar, era motivo de alegria com direito a um copo de coca cola com gelo e uma refeição especial (comemoração que aprendi com minha tia Conceição e Maria).

Tia Conceição tem um casal e filhos, meus primos-irmãos Andreza e Luiz. Ambos terminaram o ensino médio e superior. Luiz é o meu primo-irmão que junto dos meus tios, buscava a contenção dos danos por meio de palavras afáveis e créditos emocionais por meio de apresentação de uma nova possibilidade ainda que distante do que eu via momentaneamente. Ele também fazia a parte dos conselhos sobre quais tipos de homens

---

<sup>2</sup>**Gravidez na adolescência:** Nascimento, Marcia da Silva do; Lippi, Umberto Gazi; Santos, Alvaro da Silva. *Vulnerabilidade social e individual e a gravidez na adolescência / Social and individual. Rev. enferm. atenção saúde ; 7(1): 15-29, Jan/Jul 2018.tab*

não era para eu me envolver e os problemas que eu poderia acarretar com o envolvimento com estes homens e como os estudos poderia mudar as condições atuais da minha vida. Andreza por sua vez, se encarregava por dar bons exemplos e conversas esperançosas. Tia Maria não teve filhos, casa com Francisco, escolheu não ser mãe. Se fez mãe dos filhos de seus irmãos e irmãs.

Em conversa com minhas tias, as questioneei acerca desta impetuosidade feminina de nossa família. De onde vem está coragem? Segundo elas, minha bisavó dizia suas filhas mulheres eram “os pés de boi dela” – ainda em diálogo com tia Maria e Conceição, isso significava que tudo quando era preciso fazer, minha bisavó se remetia a suas filhas mulheres, não que não houvesse filhos homens ou marido, sobrinho e netos, mas que existia uma certeza de que a demanda seria atendida e acolhida.

Do lar à minha casa espiritual, a igreja, preciso contar sobre minhas experiências que aqui me conformam. Não ausento-me de autocrítica, sobretudo por conhecer a história e o papel desempenhado pela igreja historicamente. Mas parto do lugar de fala de uma mulher criada em um lar evangélico estruturado por mulheres negras que através da fé, compreenderam e apostaram suas vidas e crias (filhos e filhas) como possibilidade de dar conta deste mundo hostil.

Falo do lugar de quando as palavras não mais dão conta da vida, a espiritualidade através ou não da religião irá se materializar e fazer o que precisa ser feito, sustentar e levantar a autoestima de mulheres negras. Não condiciono a manifestação da minha espiritualidade à religião, mas é através da mesma que a conhecemos.

Sou uma mulher nascida e crescida num lar cristão desde o berço. Minha avó sempre me levou a igreja, as casas de oração e aos hospitais para visitar e orar para os enfermos. No ditado popular, permita-me a expressão, minha avó é a irmã do coque. Por anos a segui, por ser menor e precisar que um responsável me levasse até os cultos, ao adolecer, passei a comungar na igreja Assembleia de Deus em Itapuã.

Das ausências que encontrei no ambiente escolar, encontrei por vezes muitas delas também na igreja. O quesito corpo estranho, corpo irreverente, rebelde, ausente de “luz” também estava ali. Por vezes manifesto no corpo físico que não respeitava o lugar da ordem social da reverência e que só queria dançar, andar ou se movimentar ali, muito por que aquele espaço não fosse pensado e estruturado para nós, pessoas negras. Muito menos crianças negras que não se encaixasse dentro do padrão estético-social esperado.

Recordo-me de uma vez estávamos aguardando o ônibus que iria nos deslocar até a escola bíblica de férias (EBF) para uma outra igreja, com muita contradição a tia da igreja permitiu que eu entrasse no ônibus, mas em um ponto próximo da minha casa, ela me “convidou” a se retirar do ônibus e voltar para casa. Como o bairro era pequeno, não havia nenhum tipo de “perigo eminente” para eu andar na rua sozinha. Minha mãe já estava em casa e no mesmo instante me levou para a EBF de bicicleta, sim, descemos o bairro a pé e fomos até onde estava ocorrendo a escola bíblica, na AD Matriz. Chamou a Thais, professora da Escola Bíblica Dominical (EBD) para conversar e saber se havia algum tipo de problema comigo, já que ela havia me deixado na rua e não me levado junto aos demais.

Mas após anos de desencontros, conheci um homem, o tio Caio, ele era presbítero lá na igreja e foi superintendente da EBD. Depois de contarem meu longo currículo para o tio Caio, ele me chamou para conversar e me disse as seguintes palavras “Varoa, eu acredito em você, conte comigo” e assim tem sido, até hoje, nos meus 28 anos de idade, eu nunca mais o deixei ir embora da minha vida. Ele nunca mais soltou a minha mão.

Ele mediou parte dos maiores conflitos na igreja e em minha vida pessoal, me ensinou que o estudo era a única forma de eu mudar a minha vida e a condição de minha família. Tal como minha avó, tios, tia avós e mãe, ele explicou-me, que por mais que eu falasse, gritasse e brigasse, não me seria suficiente, as pessoas não iriam querer me ouvir. Ele sempre me lembrava que o estudo era a única porta e possibilidade

Por um período, minha mãe perdeu o emprego lá na fábrica têxtil do bairro, não tinha dinheiro nem mesmo para comprar o material escolar, eu estava inquieta na igreja com toda aquela situação, ele me questionou o porquê daquele comportamento, contei o que a inspetora da escola havia me orientado “a usar folhas de papel higiênico ou os cadernos antigos que eu deveria ter em casa, junto as folhas que haviam sobrado”.

Ele prontamente me pediu para que fosse à casa dele após sua esposa chegar do trabalho, ao chegar lá, eu pedi para que eu fizesse a lista de materiais que eu e minha irmã precisávamos para cursar o ano letivo, pois junto a igreja, ele providenciaria o material necessário para que pudéssemos estudar dignamente.

O tio Caio esteve presente em um dos conflitos mais intensos em que eu não estava envolvida, mas que por sorte ao azar, eu estava lá. Os meninos estavam chamando a professora da EBD de elefante, o contexto era de que ela estava ensinando sobre os animais da arca de Noé, eu me recordo bem de não participar da conversa ativamente, eu

repreendi os meninos dizendo que aquilo era feio e que se ela descobrisse teríamos grandes problemas. Dito e feito, ela ouviu e me colocou para fora da sala de aula, fui assistir aula com os adultos, até que finalizasse a EBD infanto-juvenil, para que pudesse ser repreendida/corrigida pelo superintendente e fosse remanejada para outra classe bíblica. Sim, apenas eu fui posta para fora.

Ao terminar, fui convidada para uma reunião com o superintendente (o tio Caio) e a sua esposa, a professora da classe infanto-juvenil e o seu esposo, minha mãe estava cuidando das crianças no pátio da igreja que estavam sob sua responsabilidade. Mas, por orientação da tia Tania, minha mãe deixou as crianças sentadas e foi ver o que estava acontecendo. O esposo da professora dizia que desejava que eu um dia fosse professora (eu me tornei professora), para que eu pudesse pagar em vida o que eu fazia com os outros. Falava que não me suportava mais, que eu era a “ovelha negra” dos juniores, classe na qual eu fazia parte. Segundo ele, ninguém me aguentou nas crianças, classe da tia Thais, a tia do passeio.

No ano de 2015, decidi entrar no período de transição capilar<sup>3</sup> é compreendida como a ruptura do uso de procedimentos químico nos cabelos. No caso de mulheres negras, é o momento em que estas mulheres deixam de utilizar produtos estéticos que tem como objetivo o “relaxamento/soltura” dos fios ou até o alisamento para diminuir o volume e o fator encolhimento, assim alterando toda a estrutura natural do cabelo destas meninas, jovens e mulheres, sobretudo negras.

Desde menina, utilizei produtos químicos para fins de relaxamento, nunca além de um curto período da infância, havia visto, tocado, sentido e cuidado do meu cabelo naturalmente crespo. Após um longo período ainda na universidade e depois da violência de racismo, decidi torna-me mulher negra a partir do grande corte. Este momento de ruptura deu-se a partir da necessidade de enxergar-me no espelho como eu era, na minha essência, momento que nunca havia acontecido.

Iniciei o processo deixando de alisar os fios constantemente como eu fazia normalmente, trimestralmente. Comecei a passar um maior tempo sem fazer uso dos químicos e ou chapinhas e o uso dos secadores para alongar os fios, até ter coragem de ir cortando ainda que aos poucos os fios.

O encorajamento se deu através das minhas amigas de quarto, no alojamento universitário no qual eu residia. Elas iniciaram ainda que indiretamente o letramento

---

racial através de blogs, vídeos e músicas, depois com referências de alguns livros e personagens negros que eu desconhecia. Aparentemente, eu resistia muito as falas delas, sobretudo, a forma como ocorria algumas abordagens, de enfrentamento com a religião ou aquilo que eu fora ensinada como belo.

No entanto, depois das conversas, sempre buscava e lia ainda resumos sobre o assunto ou as referências que elas traziam. Em 2015 eu já havia sofrido a violência racista pelo o coordenador de curso e a colega de turma, mas ainda não havia ocorrido o processo de desconstrução em sua inteireza. Este processo se deu a partir do grande corte. Ele significou a ruptura com aquilo que era branco demais e dei início a imersão de tornar-se negra, não romanticamente, mas ativa socialmente e politicamente, numa busca por compreensão daquilo (conhecimento acerca das relações étnico raciais) que nunca tinha visto ou conhecido.

Eu já estava em uma outra igreja, estava no período de transição capilar. Já havia feito o grande corte, desistido do processo de relaxamento dos cabelos. Fui a um dos cultos de domingo em minha igreja, no bebedouro fui interpelado por uma senhora branca lá da igreja dizendo que: “eu deveria alisar meu cabelo, pois estava muito pro alto”, respondi a ela que me ajudasse a chegar no céu e não me fizesse pecar dentro do templo.

A pastora ouviu e repreendeu a irmã dizendo sobre a diversidade cultural de nosso país e que se eu estava me sentindo bem, estava tudo bem, em seguida ela me abraçou e pediu desculpa. No mesmo dia chamei o pastor para conversar e o avisei sobre o uso de turbantes na igreja.

Ele me perguntou o que era e o significado do uso pra mim, expliquei, mostrei fotos da internet, se mostrou receptivo, fiz questão de mostrar o quão importante e significativo o turbante era para mim e ele não se opôs, esboçou um elogio e continuamos a jornada cristã. Expliquei as motivações que faziam com que eu desejasse usar o turbante nos espaços de fé e fora dele. Que eu estava no processo de transição capilar e de construção e reafirmação da minha negritude enquanto sujeita social. O que eu queria naquele momento era tornar-me de corpo e cabelo símbolo da identidade negra.

Relato os escritos anteriores, para que os leitores desta dissertação possam mergulhar comigo, nas relações, caminhos e análises que serão feitas neste trabalho. Aproveito para sinalizar-lhes que, os escritos estão divididos por eixos que conformam minha existência, guiado pelo mundo espiritual, mundo este que deu conta de mim, quando o físico não mais dava, sendo estes eixos: família, espiritualidade, trabalho, escola (educação básica) e universidade.



## O encontro com a autoetnografia

*“A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias  
para “ninar os da casa grande”,  
e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”*  
(Conceição Evaristo)

*“Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudos,  
por mulheres negras contando a sua própria história”*  
(Giovana Xavier)

Acredito que meu encontro com a autoetnografia aconteceu em 2018, quando iniciei os escritos para o meu trabalho de conclusão da graduação. Acredito não ter tido dificuldades em escrever, mas sim adequar-se à forma canônica e tradicional de fazer pesquisa e tornar-se pesquisador na universidade. Duas foram as disciplinas em que tratava-se diretamente acerca das diversas metodologias das ciências das letras, mas nenhuma delas eu conseguia compreender como possível para finalizar os escritos do curso.

A forma daqueles escritos eram difíceis de compreensão, distantes da minha realidade e da forma como eu escrevia. Das muitas inquietações que me atravessaram, a dificuldade em escrever como “um pesquisador” era algo que sempre me marcou. O que significava ser uma pesquisadora de verdade? Será que é da forma como disse uma professora da graduação, da disciplina performances e amostras corporais 1? Segundo ela: “eu era você é muito... Seu corpo tem muita ginga, muito movimento, muita coisa, sabe? Você nem parece que chegou a universidade, tem muito das ruas em você. Te sugiro segurar numa caneta para não movimentar muito às mãos, sentar em uma cadeira para conter o gingado, rs”.

É fato que aquela fala e o estereótipo traçado para um pesquisador ou pesquisadora, eu não me enquadrava. Eu tinha muito das ruas, do gingado que não mais deveria fazer parte do meu corpo e intelecto, já que eu era uma universitária e já fazia parte dos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID<sup>4</sup>. Hoje compreendo

---

<sup>4</sup>PIBID: O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o Pibid faz uma articulação entre a educação superior (por meio das

que este cerceamento da minha corporeidade e vitalidade é o processo de controle e regulação do meu corpo em sua inteireza, que me coloca em um lugar de morte em vida. O controle e o cerceamento da expressão da minha corporalidade.

Até hoje me pergunto, seria possível uma estudante de graduação em educação física escrever em primeira pessoa, falar de si e do processo formativo e cultural que atravessaram sua formação? Revisitando as memórias, ainda me questiono como foi possível escrever sobre tudo aquilo – “Racismo Institucional e a Formação de Professores em Educação Física: Discutindo os currículos das Universidades Públicas do Rio de Janeiro”.

Quando comecei a escrever sobre a monografia, eu tinha muita vergonha do meu orientador, prof. Dr. Amauri Mendes Pereira – não que fosse para ter, pois ele foi o meu maior amigo e orientador num processo conflituoso, tenso e doloroso que foi acreditar na possibilidade de escrever e concluir aquele trabalho de conclusão. A vergonha em mostrar os escritos para Amauri se dava do reflexo dos processos traumatizantes com alguns outros professores e este não lugar de pertencimento e possibilidade, a de ser uma pesquisadora. O professor Amauri nunca se colocou neste lugar de altivez e hierárquico, mas as relações e suas ressignificações não desfazem facilmente.

Em Abril de 2018 viajei para Fortaleza, afim de apresentar um trabalho acadêmico em um seminário, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB – Campus da Liberdade em Redenção, no estado do Ceará. E, foi nessa viagem que conheci Cristiane e Bráulio, dois professores de Educação Física, diferente de todos aqueles que eu conhecia aqui no sudeste, no Rio de Janeiro. Os conheci em suas ações de solidariedade e amizade, em hospedar 4 estudantes orientandas de professora Joselina da Silva do Rio de Janeiro.

Após longos dias de conversas com Cris e Bráulio, tomando verdadeiras injeções de coragem, ânimo e conhecimento, retorno para o Rio com mais fôlego de vida para concluir a graduação que vinha se arrastando por diversos motivos.

Após um caso de racismo sofrido por mim na graduação, em setembro de 2014, vi-

---

licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais. A intenção do programa é unir as secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades públicas, a favor da melhoria do ensino nas escolas públicas em que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) esteja abaixo da média nacional, de 4,4. Entre as propostas do Pibid está o incentivo à carreira do magistério nas áreas da educação básica com maior carência de professores com formação específica: ciência e matemática de quinta a oitava séries do ensino fundamental e física, química, biologia e matemática para o ensino médio.

me na necessidade de entender como era pensado o processo de formação dos alunos do curso de educação física. Será que havia alguma disciplina que ficasse responsável por pensar as questões raciais e sociais especificamente na educação física? Se acontecesse um caso de racismo na escola, como nós professores iríamos lidar com aquela situação? É possível, enquanto professores, termos uma intervenção crítica frente a uma situação dessas?

E, foi a partir destes questionamentos, conversando com Eduardo, meu amigo da graduação, que havia comprado o livro “Cor de Pele: Valorizando as diferenças para as oportunidades serem iguais” da Clarissa Lima (2015), na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, acabou por indicar-me a leitura, por falar muito sobre as inquietações nas quais me atravessavam naquele momento.

Retomando o exercício da escrita em primeira pessoa. Demorei muito tempo para criar coragem para mostrar meus agradecimentos e meu esboço de introdução para o meu orientador. Pois havia aprendido que somente ali, nós enquanto pesquisadores podíamos falar o que quiséssemos em primeira pessoa e dar os “pitacos”, pois todo o restante do trabalho deveria ser neutro, em terceira pessoa e imparcial de nossas reflexões, na verdade, ele deveria ser acadêmico. E o acadêmico significa a neutralidade.

Mas, como falaria sobre algo tão eu/meu e ser imparcial assim? Como falar sobre algo que me atravessa em 3ª pessoa do singular? É possível? Dizem que sim, mas eu não sabia escrever e muito menos falar daquela forma, então assumi a responsabilidade de falar em primeira pessoa em todo o corpo do texto. Pedi desculpas ao meu orientador e ele não aceitou, ele me abraçou e fez-me acreditar na possibilidade de romper com estas amarras acadêmicas que cerceiam-nos de irmos para além dos pensamentos do outro que insiste em nos definir.

Foi numa orientação de monografia, que ouvi a primeira vez que eu era uma escritora. Que eu não podia negar a minha habilidade para escrita e que eu deveria explorar aquela habilidade. Eu ri, num ato de pura descrença de que aquilo era possível de fazer ou pensar, mas fiz assim mesmo, pois era a única forma que eu sabia e conseguia me comunicar.

hooks (2017) escreve sobre o seu encontro com a teoria e como isso lhe serviu como um espaço de cura. E, foi assim que me senti quando encontrei-me com as relações étnico raciais. Cheguei machucada, ferida, sedenta de entendimento, explicações e sentidos para tudo o que havia me acontecido, obviamente que não existia respostas prontas, mas que aquilo não era algo pontual e muito menos individual, como cheguei acreditar.

Li bellhooks em 2015, na aula de Educação das Relações Étnico Raciais na Escola, ERER – 639/2015, onde o docente responsável era o professor Amauri Mendes Pereira. Encontrar o capítulo 5, do livro *Ensinando a Transgredir*, foi um alento, a sensação era que ela descrevia o que eu sentia, após o episódio de racismo no curso de Educação física, e desde então:

“Cheguei à teoria porque estava machucada – a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguiria continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender – apreender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura”. (hooks, 2017, p. 83)

O encontro com os estudos de relações étnico raciais foram cruciais para conseguir nomear e teorizar o que havia marcado toda minha existência, mas que por vezes não fora denominado como tal. Ele – o racismo – só ganhava nome caso eu fosse chamada de macaca, gorila, neguinha ou negrinha, seja qual fora o ambiente em que eu estivesse presente.

Após o episódio de racismo no qual eu passei na universidade, eu já havia aprendido a nomear e estava no processo de descolonização e desnaturalização da mente e dos processos violentos que havia experimentado em minha jornada.

Agora, o que fazer com tudo aquilo que estava dentro de mim? Todas as memórias da infância, adolescência e juventude foram acionadas e eu não tinha o que fazer. No ápice da dor após a violência de racismo só me restava lidar com aquele sentimento e transformá-lo em alguma coisa ainda desconhecida por mim até então, a luta antirracista. Transformar a dor em luta.

Foi na imersão à teoria que encontrei um lugar de cura e de explicação para certas falas que me foram direcionadas e perguntas nas quais eu fazia e que então não sabia a resposta. Desresponsabilizar a espiritualidade e nomear as desigualdades sociais e raciais, as injustiças sociais foi como tirar um peso da minha vida. Explico, não espiritualizar as injustiças sociais e creditar as dores como algo predestinado por Deus, mas sim reflexo dos processos históricos e sociais pelos quais a sociedade reproduz e produz.

A teoria não é pensada para seja um lugar de cura ou de revolução. Quando torna-se este lugar, é que fora direcionada energias para tal função, possibilitando que ela tenha este fim, segundo hooks (2017). Assim direcionei a teoria para minha vida. Cada leitura, cada encontro, cada possibilidade de troca, cada palestra assistida – naquele momento tornou-se doses de cura.

Por anos senti que as experiências que experimentei só ocorreram porque eu não

havia sido educada, não tivesse sido boa o suficiente ou outros sentimentos do tipo. Aquilo só havia me ocorrido, porque em algum momento havia erguido a voz de forma diferente, tivesse sido rebelde ou coisa correlata. Lembro-me de ser uma menina muito comunicativa na infância e adolescência, mas sentia que não era ouvida.

Então, aprendi que quando eu chegasse lá (na universidade) eu seria ouvida e tudo mudaria. Ao chegar lá, ninguém mais poderia fazer ou falar qualquer coisa para mim ou sobre minha pessoa, pois estar naquele ambiente seria a certificação final, que eu seria respeitada, eu seria ouvida.

Chegar naquele lugar tão anunciado, não foi fácil, permanecer nele após o período de violência racista sofrida por mim através de uma colega de curso e o coordenador, muito menos. Após os assédios e perseguições por parte de alguns docentes do departamento, muito menos.

A seguir, trago o relato do ocorrido no dia 19 de Setembro de 2014, na aula de HNDBL, na quadra externa do departamento de Educação Física, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro:

“Eu, **Juliana Nascimento** pedi ao professor da disciplina handebol (**Prof. Madureira**), para que participasse das aulas dele como ouvinte já eu não tinha conseguido vaga na matéria. Houve a liberação da minha participação nas aulas de Handebol por parte do professor. Em um dado momento de jogo as alunas: **A.R.V e D.R** começaram a indagar ao professor a minha presença na aula, daí o professor disse que havia permitido a minha presença e participação nas aulas e começaram a alegar que eu havia entrado com faltas indevidas nelas em momento de jogo. Neste momento o professor disse que isso não tinha ocorrido. Iniciou-se o jogo masculino, e no decorrer um aluno se machucou, e os meninos pediram que eu entrasse no jogo, mas o professor pediu que eu apitasse o jogo e ele entrou no lugar do mesmo. Comecei a apitar, daí se formou um bolinho do time que estava perdendo, foi quando eu percebi que as alunas **Artrides, Debora e Rosangela** estavam falando de mim. Percebi quando a **Artrides** disse: *“Porra, Preto é foda. Nunca teve oportunidade na vida e quando tem faz merda”*, quando ela falou eu percebi, mas deixei passar, ela tornou a repetir por mais 2x a mesma frase. Foi quando **EU respondi** a elas: *“A, D e menina” R” vocês estão fazendo piadinha racista, vocês estão passando dos limites e peço que parem com isso, porque isso dá processo”*, daí elas começaram a rir e eu me retirei, quando retornei à **D** disse: *“Tinha que ser coisa de Preto”*. Neste instante fui repreendida pela minha amiga de turma Amanda dizendo que ela não podia me dar 1 minuto de descuido que eu já caía na lábia das meninas, mas eu respondi que estava pedindo somente que elas parassem de fazer aquilo. Uma colega de turma se posicionou contra aquela atitude e se retirou de perto das meninas, pois estavam passando dos limites. No fim de aula eu chamei o professor (**Madureira**) e disse: Professor me perdoe por este acontecimento, não queria causar transtorno, mas não quero continuar nas suas aulas por causa do que aconteceu. Ele disse que eu poderia continuar a frequentar as aulas dele, pois ele que mandava na turma e se ele me permitiu ninguém tinha nada a ver com isso. As meninas da minha turma, que viram o que ela fez comigo e viram minha situação foram chamar o professor

(**Madureira**) pra conversar e contar o que havia acontecido, mas ele não se posicionou posteriormente a isso, foi embora. Apenas as pessoas da turma me ampararam e a **Borges, Ferreira, Santos, Amanda e Ana** se posicionaram todas contra ao ato racista e a favor de testemunhar caso eu precisasse e decidisse abrir um processo contra elas. Mas como estava nervosa me retirei e fui me trocar para ir treinar futsal. Quando estava me arrumando a **Artrides** me cercou querendo vir falar comigo, mas pedi que ela me respeitasse, pois eu não estava em condições de ouvir a voz dela e muito menos falar com ela, me retirei e fui treinar futsal feminino. Posterior a isso, durante o treinamento comecei a chorar e me sentir mal, daí chamei a **Joyce** e contei pra ela, no mesmo instante ela se indignou com o ocorrido, e mais tarde quando cheguei no quarto contei também para as meninas que moram comigo e elas me aconselharam e conversaram comigo sobre a ideia de entrar com um processo contra a **Artrides**. Eu disse eu iria pensar melhor com a minha família em casa, conversei e retornei pra Seropédica com medo de perder o prazo de validade, com isso no sábado por volta das 21:45 fui à 48ª Delegacia de Polícia e fiz um R.O. (Boletim de Ocorrência) com a companhia de uma amiga **Sonia**.

Na segunda pela manhã, procurei meu coordenador de curso (**Professor Ruffino**) que até então era meu amigo pessoal e relatei o ocorrido. No decorrer da conversa ele disse que eu deveria pensar bem, ter uma reflexão já que este assunto era muito sério, daí ele fez uma ilustração de: Se tivesse um trabalho que estivesse precisando de pessoas para o cargo, ele pensaria duas vezes em me indicar, já que eu seria conhecida como problemática, que processa todo mundo que me ofendesse, dizendo que ficaria difícil, depois disse que não estava de forma alguma me recriminando pela minha atitude. Daí eu o avisei que estava abrindo um processo civil e o outro institucional contra a AUTORA (**Artrides**), mas mesmo assim ele nada falou. Passado o tempo, na segunda feira do dia 20/10/2014 eu o procurei (**Prof. Ruffino**) em sua sala, mas ele estava retornando de uma aula e pedi que o mesmo me disponibilizasse o seu material de história da educação física para que eu pudesse fazer um trabalho com um outro professor, o mesmo disse que me cederia este material, se eu falasse com ele. Neste momento eu o indaguei o motivo da conversa, ele me convidou a sentar na cadeira e logo após buscou a **Artrides** e uma amiga dela (**Jéssica**) que veio também como mediadora da situação. Eu novamente o indaguei, e como figuração ele me respondeu: *“Senta aí Porra, aqui é militarismo tá lembrada?,Rs”* ( Que corresponde a fase em que a educação física passou). Sentei e iniciei a conversa com eles, ele iniciou dizendo que havia acontecido uma coisa muito grave contra a Artrides, ela havia recebido uma intimação da polícia e que a mesma não tinha condições de arcar com os custos de um advogado e que ela havia passado em um concurso público, e que sua mãe estava desesperada com essa situação, uma vez dita pela autora que a sua família era “negra” e que não tinha cabimento daquilo estar acontecendo com ela, já que sua família era “negra”. Daí eu perguntei ao professor sobre qual seria a minha condição frente aquela situação. Ele (**Prof. Ruffino**) disse que eu deveria ser forte na vida, por que das porradas que eu tomaria da vida seria muito maiores, disse também que não havia preconceito na academia dele (onde eu ia prestar uns serviços, na maioria das vezes sem receber), que todos me adoravam, me respeitavam. Assim que ele terminou de falar da academia dele, eu disse que das coisas que acontecia comigo lá na academia dele eu não falava por consideração a ele. Daí ele começou a pedir para eu retirar o processo em nome da nossa amizade, fez uma retrospectiva da minha vida acadêmica disse que eu evolui e que poderia evoluir mais. Não desistindo, pediu pelo nome da filha dele (uma criança de 2 anos), em nome da **Vi** pra que eu desistisse, falou também sobre minhas postagens no facebook já que eu

postava tanta coisa sobre quibanda, umbanda, macumba ou igreja, dizendo “sei lá que religião você é”, mas que eu precisava ter o coração mais flexível, que eu precisava perdoar. Disse também que eu ao chegar aos meus (25-30 anos) seria uma pessoa toda cheia de rancor e com o rosto todo marcado por rugas já que eu tinha um escudo no peito que eu guardava a sete chaves. Foi quando eu o interrompi e disse: *“Professor, o senhor está muito enganado, sou uma pessoa muito feliz, se não fosse a alegria que carrego no peito eu já teria desistido, mas é ela que me faz prosseguir”*. Ele riu, disse que assim ficaria difícil de arrumar emprego pra mim, pois nossa profissão era feita de net word e com este acontecimento eu poderia colocar a prova o seu nome (Ruffino), já que ele poderia me indicar para trabalhos. Pedi um tempo pra pensar, mas que antes de tomar qualquer decisão precisava falar com minha mãe, neste momento ele disse: *“Antes de qualquer coisa, deixa eu te fazer uma pergunta: Ju, sua mãe tem nível superior?”* Eu muito desestabilizada ri de nervoso e o respondi: *“Professor o senhor deve está fazendo alguma piada, né? Alguma brincadeira, alguma sacanagem. Só pode pra está me fazendo está pergunta, olha bem pra mim e comecei a chorar.”* Ele (**Professor Ruffino**) disse: *“Não! Só estou perguntando isso, pra saber, já que sua mãe não tem nível superior, ela não entenderia o nível intelectual da nossa conversa.”* Ele viu que me aborreceu, já que eu comecei a chorar e **ELE e a Artrides** vieram me abraçar, a **Jéssica** saiu e foi buscar água. Mas eu pedi que eles me largassem e retirasse a mãe de mim. **Artrides** saiu, porém ele permaneceu me abraçando. A **Jéssica** pediu o poder da fala e assim feito pediu que **EU** retirasse a queixa contra a **Artrides**, pois isso poderia destruir a vida dela, já que o nome dela ficaria sujo por resto da vida. No termino da fala pedi pra ter um tempo, que eu estava com fome e que não estava me sentindo mais bem (comecei a sentir muita dor na cabeça), e assim nós fizemos. Demos uma pausa pro almoço e teríamos um piso de 1h de intervalo pra que eu pensasse, fui almoçar procurei as pessoas que estavam sabendo do assunto **Terená Bueno, Joyce Carvalho e Wkerlinsson Daniel** sobre o que havia acontecido pela manhã no meio departamento de Educação Física e que eu precisava dar uma resposta pro **Professor Ruffino** horário da tarde. Eles conversaram comigo e se propuseram a ir comigo até o departamento dar a resposta e assim fizemos. Ao chegarmos lá, fui ao encontro do coordenador **Ruffino** dizer que eu já sabia o que fazer, mas que tinha meus amigos que participariam da reunião comigo. Ele se negou a atender, disse que não falaria com ninguém somente com as partes envolvidas, mesmo assim insistimos e eles conseguiram participar. Informamos a todos presentes na sala (**Artrides, Jessica, professor Ruffino**) que por motivo de manter minha integridade moral e meus direitos que iríamos gravar a reunião, e foi concedida por ambas as partes. Os meus acompanhantes se apresentaram. Eu iniciei a fala, dizendo que **NÃO ABRIRIA** mão do processo, que eu esperava que o professor compreendesse a minha atitude. A **Terená e a Joyce** se posicionaram acerca da atitude de coerção e pessoalíssimo do professor, dizendo que a atitude dele não deveria ter sido essa já que o processo era civil e institucional, que a atitude dele estava totalmente errada, que correspondia uma atitude de assédio moral, tendo em vista que aquela reunião não deveria nem ter ocorrido. Frente este questionamento ele disse que procurava mediar esta situação já que ele era coordenador de curso e essa era sua função. Porém, a Joyce questionou a atitude dele, já que no momento em que eu o procurei, não houve nenhuma ajuda da parte dele enquanto coordenador, mas sim sua frieza com o caso, me colocando na condição de pessoa problemática, já que eu estava processando a **Artrides**. Quando a **Terená e a Joyce** questionaram a conversa que ele teve comigo de manhã junto com a **Artrides** e a **Jessica**, ele começou a justificar dizendo que não havia feito a reunião com a intenção de coagir ninguém e sim com que eu

refletisse sobre minha atitude precipitada de processar a **Artrides**. A **Artrides** pediu pra falar. Ela falou que não era a intenção dela me fazer mal, e sim que o que ela falou, falou em uma roda de amigos no calor do momento, que ela também já teve um namorado negro que lutou muito por ele, que sabia dos preconceitos e das lutas que o negro enfrentava, mas que em momento algum ela queria ser RACISTA. Daí a **Terená** respondeu a **Artrides**: “**Você não queria ser, Você (Artrides) foi**. E se ela sabia de toda luta do negro na sociedade e também do caso do namorado dela, porque ela não tinha aprendido com essa história. E que estivesse revendo os conceitos delas sobre, acabou a reunião comigo reafirmando que não abriria mão do processo. Posteriormente a reunião, o coordenador **Ruffino**, conversou com uns professores, e alguns amigos meus estavam próximos, e eles me disseram que ouviram a conversa e que o **professor Ruffino** distorceu totalmente o acontecido, colocando a prova a minha credibilidade e meu nome no curso. Posterior a isso, já teve professores fazendo piadas em sala de aula, dizendo que agora não se pode falar mais nada porque tudo é preconceito e processo. A reunião realizada foi gravada, e a gravação está de minha posse para ser colocada como prova para contrapor a versão contada pelo professor Ruffino depois da reunião da tarde”.

O que fazer com tudo aquilo que parecia implodir dentro dos meus peitos e rasgar com meus sentimentos? Em decorrência daquela situação, experimentei a neutralidade e a naturalização daquilo que estava aprendendo a teorizar, o racismo. Fui entendendo que a escolha pela neutralidade de alguns professores em não se posicionar no caso e pela naturalização de alguns, que desassimilei a lógica do racismo individualizado e aprendi sobre o racismo estrutural e institucional, entendendo que o problema não era eu, como me fizeram acreditar. O caso não era pontual e a causa muito menos.

Duas coisas aprendi logo de início: 1) O problema não era sobre estudar e estar na universidade, pois chegando lá eu continuaria sendo eu, uma mulher negra; 2) Antes mesmo de nascermos, recebemos uma identidade “contratual” com a branquitude, onde ser negro é ser o outro ser branco, é ser universal.

Se chegar lá não era o suficiente, o que mais era preciso? Das disciplinas específicas à formação indireta (processos formativos extracurriculares), havia uma lacuna epistemológica em relação ao ensino das relações étnico raciais e sobre outras possibilidades de reflexões escritas das mesmas. Esse vazio que começa na educação infantil e não se finda no ensino superior, ele não diminui, ele aumenta. Hoje consigo compreender que a tomada pela neutralidade também é uma forma de posicionar-se no mundo, segundo Freire (2000).

Nas reflexões iniciadas em 2018, expliquei ao Amauri a necessidade de escrita sobre certos assuntos, para que o leitor compreendesse como eu cheguei ali na universidade e quais foram os caminhos que me levaram até ali. Por aqui na dissertação não será diferente, trilharemos juntos um caminho de tensa e extensa reflexão sobre

episódios em que raça e racismo foram cruciais em minha jornada como estudante, trabalhadora, mulher negra, filha também de uma mulher negra da região metropolitana do Rio de Janeiro e para tal compreensão, lançaremos mão da autoetnografia.

## Teoria sobre Autoetnografia

O encontro com a autoetnografia se deu através de minha orientadora, convidando-me para reescrever a história em forma de denúncia, mas não com o fim em mim mesma, mas de forma crítica, reflexiva e analítica sobre os casos de racismo que me ocorreram ao longo de minha jornada no ambiente educacional, mas que por vezes extrapolavam os muros institucionais das escolas e universidades.

Segundo Santos (2017) “*A autoetnografia permite ver (observar), escrever (grafia), ler, interpretar, falar das experiências de vida e vividas, a partir de uma leitura crítica e reflexiva*”.

Neste trabalho, falarei de experiências e episódios reais, onde as questões de raça e racismo foram cruciais para tratamentos desiguais para experimentar a discriminação e o sexismo ora isoladamente, ora simultaneamente, mas sempre tendo como o modo operante as questões de raça e racismo.

Embora não seja uma teoria cientificamente muito divulgada no Brasil e parte considerável de suas publicações sejam norte-americana e em inglês, sua teoria tem sido utilizada para romper com a neutralidade, o silenciamento e abrindo caminhos para outras formas do fazer científico através da escrita, leitura, interpretação e reflexão das novas epistemologias.

Dos diversos conceitos de autoetnografia na literatura, destaco alguns que considero pertinentes. Segundo Ellis e Adams (2014) concebem a autoetnografia “*como pesquisa, escrita, histórias, e métodos que conectam o autobiográfico e o pessoal ao cultural, social e político*”.

Para os cânones das metodologias científicas, torna-se inconcebível tal método científico, uma vez que os mesmos buscam a impessoalidade e a neutralidade. Já a autoetnografia propõe-se a incorporar o lugar de tomada de partido e dialogar com a pesquisa entendendo os movimentos pelos quais o pesquisador e a pesquisa perpassam. Para a autoetnografia, não há neutralidade política e muito menos científica.

O que isso quer dizer? Em grosso modo, a autoetnografia é um método que permite a-aopesquisador-a análise criticamente o meio social e cultural em que esteja inserido e seja capaz de narrar suas experiências pessoais, não mais como telespectador ou como “*objeto de pesquisa*”, mas sim, tornando-se sujeito de sua própria narrativa e história.

Nas metodologias tradicionais denomina-se como “objeto de estudo” aquilo, aquele fenômeno ou quem será estudado ou pesquisado por outra/o. Mas na metodologia de pesquisa autoetnográfica, o exercício é de dentro para fora, leia-se, o movimento é de quem pertence, conhece, é conhecido, vive e descreve o que está acontecendo com o grupo pertencente, é como erguer a voz. Escrever, narrar, descrever, experienciar a autoetnografia é “*a transição de objeto para sujeito – a voz liberta*” segundo hooks (2017, p. 39). Um dos pontos centrais da metodologia em questão é o rompimento com a neutralidade e a tomada de consciência do indivíduo ao assumir o papel de sujeito de sua própria narrativa/pesquisa.

O que é a tomada de consciência do indivíduo enquanto sujeito? Tornar-se sujeito é o romper com a lógica colonial imposta pelo outro no qual me fora imposta. “*Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político*” Segundo Kilomba (2019, p. 28).

Nos estudos sobre autoetnografia, autores como (Santos, 2017 e Magalhães, 2018) apontam a metodologia como processo e produto da pesquisa. E o que isso significa para nós? Em miúdos, como processo, refere-se aos meios/ferramentas utilizados durante a realização da pesquisa. E o produto, refere-se à escrita.

Segundo Magalhães (2018), a autoetnografia enquanto processo, pode ser compreendido como “*meios utilizados no processo de construção de dados da pesquisa autoetnográfica, sendo eles: a observação participante, o diário de campo e a entrevista de pesquisa*”. Considera-se o percurso (caminho) adotado pelo qual o autor/pesquisador utiliza-se para chegar ao produto.

Permita-me fazer uma alusão a uma colheita. O processo é a sementeira da grande colheita. O semear diz respeito ao modo de preparo da terra, o reconhecimento do terreno, o investimento das/nas sementes, escolher as ferramentas adequadas para aquela semente e saber o tempo correto que ela tem para germinar e começar a criar vida. A escolha destes meios para que a semente germine e dê frutos (produto),

É na combinação destes dois fatores escrita + experiência cultural (individual e coletiva) que se materializa o que chamamos de método autoetnográfico, segundo Ellis, C, Adams, T. &Bochner, A. (2015).

O produto é a escrita. Ou melhor, o produto é o resultado do processo (semeadura). Segundo Ellis, C, A. &Bochner, A. (2015). A autoetnografia como um produto, corresponde aos modos pelos quais podem ser produzidos um texto/reflexão autoetnográfico. Este momento corresponde ao modo operacional do texto, em como podem e quais os métodos que descrevem a autoetnografia enquanto um processo reflexivo e escrito. Em suma, a escrita é o produto resultante do processo de reflexão e junção das experiências autoetnográficas culturalmente experienciadas, observadas e descritas.

Tanto o processo como o produto, são meios pelos quais o autoetnógrafo utilizará para chegar aos objetivos da pesquisa. Seja na construção de dados, seja na escrita da análise dos dados. Utiliza-se o processo como técnica, leia-se, como método, para a expressão dos dados obtidos. E, a escrita como produto, leia-se, como resposta, análise e reflexividade em relação aos dados obtidos na pesquisa.

Para o processo, o pesquisador lança mão de estratégias para o recolhimento de dados e informações que sirvam de materiais para a pesquisa o que chamamos de processo.

Como método ou processo, a autoetnografia refere-se a junção da autobiografia à etnografia. A autoetnografia é a manifestação escrita pela-o a-ou-a expressa sua existência e experiências e a etnografia é uma metodologia científica onde o pesquisador compreende a experiência cultural de um determinado povo.

É na combinação destes dois fatores escrita + experiência cultural (individual e coletiva) que se materializa o que chamamos de método autoetnográfico, segundo Ellis, C, Adams, T. &Bochner, A. (2015).

O produto é a escrita. Ou melhor, o produto é o resultado do processo (semeadura). Segundo Ellis, C, A. &Bochner, A. (2015). A autoetnografia como um produto, corresponde aos modos pelos quais podem ser produzidos um texto/reflexão autoetnográfico. Este momento corresponde ao modo operacional do texto, em como podem e quais os métodos que descrevem a autoetnografia enquanto um processo reflexivo e escrito. Em suma, a escrita é o produto resultante do processo de reflexão e junção das experiências autoetnográficas culturalmente experienciadas, observadas e descritas.

Tanto o processo como o produto, são meios pelos quais o autoetnógrafo utilizará para chegar aos objetivos da pesquisa. Seja na construção de dados, seja na escrita da análise dos dados. Utiliza-se o processo como técnica, leia-se, como método, para a expressão dos dados obtidos. E, a escrita como produto, leia-se, como resposta, análise e reflexividade em relação aos dados obtidos na pesquisa.

Para o processo, o pesquisador lança mão de estratégias para o recolhimento de dados e informações que sirvam de materiais para a pesquisa.

Enquanto produto autoetnográfico, refere-se as múltiplas formas pelas quais o texto pode ser escrito. Podendo assumir uma postura ficcional, romance, dramático, dissertativo, informativo, imaginativo-criativo, confessional-emotivo, realista-descritivo, segundo Magalhães (2018).

Como processo e como produto, no campo da metodologia de pesquisa, a autoetnografia, torna-se um instrumento de resistência para o surgimento de novas epistemologias. É o exercício de tornar-se sua própria potência, na sede incessante de erguer a voz, de tornar-se quem descreve sua própria história e não quem é descrito por outro.

É conjugando a teoria e as experiências de um sujeito situado sócio historicamente, não ausente de suas reflexividade, espiritualidade, individualidade e subjetividade que a metodologia autoetnográfica enquanto processo e produto, em sua magnitude rompe com os cânones e viabiliza outras formas de pesquisar a vida, não mais como objeto ou ser descrito por outrem, mas sim como quem toma para si o ato político de erguer a voz, segundo Kilomba (2019).

Não como magia ou passe de mágica, mas sim como processo de reflexividade, interpretação e análise tanto da literatura e política, a fim de analisar criticamente suas experiências vividas culturalmente.

Segundo Santos (2017, p.218) “Autoetnografia” vem do grego: *auto* (*self* = “em si mesmo”), *ethnos*(nação = no sentido de “um povo ou grupo de pertencimento”) e *grapho*(escrever = “a forma de construção da escrita”); a grosso modo, autoetnografia é a forma pela qual a teoria alinhada com realidade do sujeito pesquisador conjuga a vida, ou a vida conjuga a teoria.

De modo operante, a autoetnografia pode ser compreendida como um método triádico, como sugere Chang apud Santos (2008; 2017) na **figura 1** a seguir:



Figura 1

O método triádico consiste em uma cascata de desdobramentos de ações necessárias para executar o método autoetnográfico. É necessário, um profundo exercício crítico reflexivo do pesquisador, para que ele consiga analisar e interpretar criticamente os fatores sociais e culturais que estão postos nos períodos descrito por ele.

Segundo Alves (2017) tudo isso tem a ver com o caráter político que a autoetnografia assume enquanto metodologia. Na orientação autoetnográfica e cultural, o que está posto são os sujeitos e os fatores descritos pelo pesquisador e na orientação de conteúdo. A análise, é onde acontece a reflexividade do sujeito, ora enquanto pesquisador e pesquisado, uma vez que ele está falando de dentro do grupo em que pesquisa para fora. Diante disto, o pesquisador na autoetnografia ao assumir os desafios da reflexividade, tece em sua narrativa sua subjetividade, emotividade, criatividade, identidades, experiências sociais e coletivas e seu posicionamento político.

A autoetnografia é uma forma de se conjugar a vida através da literatura, ou o contrário, a literatura conjugando a vida, mediante o processo de reflexividade do pesquisador. É no processo dialógico entre a vida, leitura, literatura, sentimentos, memórias, experiências que a autoetnografia se encontra. Na verdade, é onde ela se movimenta e ganha sentido enquanto uma metodologia insurgente.

Responder questões fechadas como outras metodologias de pesquisa se propõem, não é uma das tarefas da autoetnografia. Nessa questão, ela se propõe a romper com os cânones e possibilita ao pesquisador a autorreflexão pessoal direta (de forma a estar presente no texto e o modo no qual ele será narrado) e uma escrita em primeira pessoa, política e curativa.

Se pudesse definir a escrita, a definiria como estações – tipo estas que experimentamos ao longo dos anos. Em outras palavras, estou dizendo que a escrita é um processo. Ora, florido, ora com muito brilho, ora apenas desaguando e ora tempo frio. Em todas as estações houve movimentos e processos que precisaram ser vividos para que ao seu tempo cada qual tivesse o seu devido sentido.

Na contramão do que se pensa enquanto neutralidade científica, a autoetnografia lança mão de tornar-se consciente de seu propósito, “*dar voz para quem fala e em favor de quem se fala*”, segundo (REED-DANAHAY, 1997, p. 3).

O exercício do silêncio para alguns, já inicia na educação infantil. Quando aprendem a silenciar suas dores, a naturalizar violências, experimentando a invisibilidade ou quando aprendem sobre uma história única.

Essa passagem de objeto a sujeito é o que marca a escrita como um ato político. Além disso, escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor, validada/o e legitimada/o e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou se quer fora nomeada. (Kilomba, 2019, p.28).

Escrever sobre dores, alegrias, forças e energias que demandaram toda uma jornada neste plano, pode parecer o que Delamont (2007) chamou de “não interessante o suficiente para escrever sobre nossas experiências em revistas e ensinar sobre e para esperar a atenção dos outros” mas a autoetnografia não é sobre “ensinar alguém e/ou falar de alguém”, pelo contrário, ela é exatamente o exercício do sujeito exercitar sua própria potência. É um processo de cura individual e coletivo.

Ela (autoetnografia) é sobre o indivíduo tomar para si o processo reflexivo, analítico afim de compreender sua experiência cultural. Ela é a reparação histórica das amarras estruturais que engessam o nosso processo criativo, que podam os rios que de em nós fluem, a possibilidade de jorrar o que por tempos fora domesticado, naturalizado e silenciado.

## Um corpo na escola e suas experiências de racismo

Eu sou um corpo  
 Um ser  
 Um corpo só  
 Tem cor, tem corte  
 E a história do meu lugar  
 Eu sou a minha própria embarcação  
 Sou minha própria sorte  
**Luedji Luna** (Um corpo no mundo)

Início estes escritos ao som de Luedji Luna, para que possa me conectar mentalmente, espiritualmente e fisicamente com as minhas memórias, sentidos, sentimentos e sobretudo tudo pedindo licença ao meu corpo que irá rememorar vozes, lembranças e sentimentos que juntos decidimos não mais dar espaço para que se criassem raízes ao longo de minha travessia neste plano.

De onde falo? Falo e escrevo do lugar de uma mulher negra, moradora da região metropolitana do Rio de Janeiro, da cidade de Kosmos, no bairro Itapuã. Falo a partir dos meus 28 anos de idade deste plano físico, espiritual e social.

Kosmos é um bairro pequeno, de difícil acesso e característica rural. O bairro conta com a escola Dona Formosa, com uma UBS (Unidade Básica de Saúde), uma quadra pequena com alguns poucos brinquedos infantis. Atualmente, a escola municipal Dona Formosa atende em torno de 100 crianças, sendo três alunos autistas. A escola atende do Pré I ao 5º ano do Ensino Fundamental, a antiga 4ª série.

A escola municipal funciona em período integral, de 08:00 às 17:00. Conta com uma equipe de 18 servidores. 10 professores e 8 servidores incluindo trabalhadoras/trabalhadores cozinheiras, secretária e zeladores de patrimônio. A escola atende as crianças servindo café da manhã e tarde, e almoço para os dois turnos de estudantes (período da manhã e tarde).

Afirmo ser um corpo completo. Com sentidos, gostos, memórias, humanidades, afetos, desejos, inteligências, belezas, aceitação, negação, raivas, desafetos e tudo que lhe conforma para ser completo neste plano físico e espiritual. Reafirmo estas palavras, para que em mim, seja gerado um sentimento de ressignificação com as minhas memórias sobre o meu corpo, intelectualidade e formação.

Revisitando as memórias, ainda me questiono como foi possível encerrar o ciclo na educação básica, sem que fosse interrompida pela confirmação dos estereótipos racistas, classistas e estatísticos (de ser mais uma adolescente grávida, de não terminar os estudos, de ser empregada doméstica como minha mãe) que traçaram para mim e para alguns como eu, que fugiam a regra, não como pequenas mentes brilhantes, mas como indivíduos que embora fossem bons (espiritualmente), infelizmente não iriam muito longe, pois tornaríamos mais uma estatística.

O que para muitos é somente nascer, viver e morrer, para o sujeito negro, pode-se considerar que viver é uma corrida desleal contra um mundo que já estão estabelecidos por políticas sociais, com identidades pré-existentes mesmo sem que haja tempo hábil para a formação desta identidade social formada de forma crítica e consciente.

Seja a desmitificação, a ressignificação, a afirmação ou o rompimento, sujeitos socialmente lidos e compreendidos enquanto negros, estarão/estão constantemente na linha de frente de quem está para deixar viver ou deixar morrer, segundo Mbembe (2018).

Vide, o que acontece com as famílias marcadas pela violência policial nas periferias, bicos, vielas e ruas das cidades. A circulação desenfreada das *fakenews* para justificar o genocídio<sup>5</sup> da infância e juventude negra, na bala (perdida) achada no corpo de um adolescente, criança ou jovem negro, é a perspectiva de política de morte. Sujeitos que são atravessados pela política de morte, são sujeitos que não têm nome, mas que têm cor desde 1500. São os homens e mulheres de cor, que historicamente foram considerados como “coisa – o sujeito desumanizado”.

Esse dispositivo é acionado quando há o que SEYFERTH (1995) chama de “O Poder Discrecional dos Estereótipos” – é a partir da construção da ideia de raça<sup>6</sup> que ocorre o processo de naturalização e fomentação dos estereótipos para justificar as desigualdades raciais e sociais nas quais nos atravessam.

Quando menina e também estudante, na escola municipal Dona Formosa, no bairro

---

<sup>5</sup>**Abdias do Nascimento** em seu livro “**O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado**” traz a definição como “O uso de medidas deliberadas e sistemáticas (como morte, injúria corporal e mental, impossíveis condições de vida, prevenção de nascimentos), calculadas para o extermínio de um grupo racial, político ou cultural ou para a destruir a língua, a religião ou a cultura de um grupo.

<sup>6</sup>**Raça**: Um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, contudo, de um conceito que se denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo determinado (GUIMARÃES 1999, p.9).

Itapuã, me recordo de algumas situações de violências racistas sofridas por mim, através de colegas de classe, mas que somente hoje, aos 28 anos esforço-me para dar nomes, e neste processo de reflexão dissertativo, teorizo sobre como as múltiplas formas de racismos, sexismos performaram no ambiente educacional.

Afirmo, eu não fui uma criança diferente na escola do que eu era na igreja ou na igreja diferente do que eu era na escola. Eu fui exatamente o que sempre fui, uma criança em constante movimento, mas que na época, era considerada como a menina que não parava, que era tagarela, de ser respondona, de ser bagunceira, malcriada ou qualquer fosse o adjetivo negativo que eu recebesse.

Na igreja não era diferente, eu sempre fui embalada por movimento. Na escola por ser um espaço laico, as tensões ficavam no campo da insolência, desobediência, atrevimento, rebeldia ou qualquer outro adjetivo no qual eu recebesse, mas na igreja, a discussão ganhava um outro tom, o lugar da demonização.

A igreja sempre foi um lugar de contradição para mim, sobretudo nas relações interpessoais com os meus pares religiosos. Embora fosse um espaço onde pregava-se a ideia de não aceitação de pessoas, por vezes, havia essa aceitação, o que era contraditório. Ainda mais contraditório, era a forma como as discussões tomavam o seu curso. Recordo-me de ainda jovem participar de reunião de casais, onde ia para ajudar e acabava por questionar ao palestrante o porquê somente nós mulheres devíamos servir aos nossos maridos, por exemplo.

Quando pregavam em Efésios 6 sobre os filhos, por exemplo, a bíblia também falava sobre como os pais deviam se portar, mas isso nunca fora enfatizado. Tal como, o uso desproporcional da ênfase do cuidado que a mulher deve ter com o lar e ser submissa aos seus maridos. A submissão não era bem da forma como eles costumavam pregar e quando pregavam, não falavam sobre o papel do marido para com a esposa, que também é prescrito na bíblia.

Da rebelde a ovelha negra, na igreja me tornei a endemoninhada. No mundo secular e nos ambientes institucionais, para aqueles que fogem à regra social, a criminalização, o distanciamento, o aprisionamento social, a estigmatização é um caminho. No ambiente religioso, para além destas situações, é muito comum ocorrer a demonização daquilo que não damos conta de explicarmos pelo viés social – aqui refiro-me também ao processo de responsabilizar a espiritualidade por me formar uma pessoa tão ruim de se lidar.

Zelinda Barros (2005) ao escrever sobre “Escola, racismo e violência” explicita como o racismo está para as desigualdades sociais e as desigualdades sociais estão para

o racismo. Uma vez que, um dos mecanismos para a manutenção e existência deste sistema, é a hierarquização dos sujeitos, baseados em sua raça e cor.

Segundo Almeida (2019)

“O racismo é a manifestação normal de uma sociedade e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdades e violência que moldam a vida social contemporânea”

O que isso quer dizer? Explico, o que nos torna fenotipicamente individualizados, torna-se uma justificativa para as desigualdades existentes na sociedade. Mas como pensar as desigualdades sociais estruturando as relações sociais, naturalizando e legitimando as violências sejam elas físicas e/ou simbólicas? Como a naturalização das desigualdades raciais e sociais tornam-se um instrumento de legitimação das violências no espaço escolar?

O espaço escolar não é um ambiente externo ou imune a problemas das relações sociais e interpessoais. Dado isto, entendemos que as tensões, relações e reflexões que estão fora do espaço escolar podem ou não estar ligado e/ou interferir dentro da dinâmica social e racial da escola.

Barros (2005) ressalta que os estudos sobre racismo no ambiente escolar estão ligados ao fenômeno da “violência”, e adverte que para entendermos as performances apresentadas pela violência no ambiente escolar é relacionado ao racismo. Ainda sobre as possíveis manifestações violentas que fogem ao traje tradicional (violência física), como:

“[...]quando o professor aproveita-se de sua autoridade em sala de aula para fazer com que o aluno comporte-se do modo que ele julga adequado e utiliza expressões que o caracterizam de modo negativo (“neguinho burro”, por exemplo) e o aluno refere-se ao professor utilizando termos depreciativos (“macaca”, por exemplo)”

Estes modos operantes de violência, não causam apenas danos na dinâmica social da escola e/ou o ambiente escolar entre alunos e alunos, alunos e professores, esta relação violenta também afeta o processo de socialização dos sujeitos com os seus pares fora do ambiente escolar.

Seja de modo explícito, que é a violência física, e podendo –se haver outras formas de violências, que são as simbólicas e que não são menos profundas e doloridas, mas a mesma pode assumir o papel o lugar da institucionalização, como salienta Barros (2005).

ITANI (1998) citado por Zelinda (2005) concebe o conceito de “violência institucionalizada”, que quando não é ser reparada para as desigualdades sociais, acaba por reproduzir os sistemas sociais desiguais. Seja nas relações interpessoais até no

processo de concepção dos saberes que serão selecionados para serem compartilhados em sala de aula, passando pelo sistema político em reparar ou manter o sistema formativo desigual. A invisibilidade e o desrespeito às diferenças culturais dos alunos, segundo Barros (2005), caracteriza-se como uma violência, pois “priva o aluno do conhecimento de si próprio através do conhecimento do grupo no qual ele faz parte”.

Santiago (2014), ao debruçar-se sobre os modos de hierarquização e racialização de crianças negras na educação infantil, salienta que o modo operante das violências, performam os resquícios coloniais hierarquizando os sujeitos, e a partir disto, as crianças negras tornam-se “bagunceiros/as, terríveis, complicados/as, arteiros/as; e as crianças pequeninhas brancas eram categorizadas como princesas, lindinhas.”

Seja pela demonização, seja pelas falas pejorativas, tanto na igreja quanto na escola, palavras como “ovelha negra, rebelde, desobediente, respondona, malcriada, arteira, coisa e animal” acompanharam minha existência, que por vezes fez-me acreditar que éramos sinônimos ou nome composto, o que para Eliane Cavalleiro (2000, p. 63): “[...] leva o estereotipado a internalizar sua imagem negativa, idealizada com o objetivo de interiorizá-lo e oprimi-lo”.

Lendo AzoildaLoretto da Trindade (1999) que compreendi o que significava aquela sensação estranha da quarta série, a invisibilidade. A invisibilidade é a performance de estarmos vivos, no entanto, sermos considerados mortos. É o ensaio para a morte em vida. A invisibilidade é a morte pulsando vida.

Me recordo do susto e da sensação estranha ao reviver corporalmente algumas lembranças da escola. Era como se eu estivesse em frente de cada professora, inspetora, diretora, amigos e amigas, e pessoas que fizeram parte de minha jornada escola e eu fosse convidada a assistir ao filme da minha vida, ora por sentir uma tristeza profunda ao não ser ouvida e acolhida, ora por responder com violência às violências por mim sofridas. O embrulho no estômago, ainda se faz presente quando me recordo de alguns olhares, falas como a que ouvi e recebi “criança que não sabe se comportar como gente, deve ficar enjaulada como bicho” – eu sinto nojo quando lembro, mas o nojo logo é substituído pela dor e alguns minutos de choro.

De forma nua e crua, era a compreensão dos anos em que acreditei que a forma como era tratada, era apenas reflexo da minha insubordinação aos professores e mais velhos, e não por racismo. Dois episódios me remeteram a escola: o primeiro foi com Tia Fabia, “onde fui abraça-la, no momento em que ela estava aguardando a Kombi para ir embora, mas ela me olhando vagamente, me questionou se ela era parecida comigo, com

algum dos meus familiares, se eu fazia parte da família dela ou algo do tipo, pois ela não estava entendendo o motivo que eu estava chamando-a de tia”.

O segundo emblemático, foi com a tia Rosa. Tia Rosa era gentil, sempre nos permitia tocar nos seus cabelos, eles eram médio para longo, castanho escuro. Ela sempre se sentava em nossas cadeiras de alunos para receber massagem nos ombros, mãos, pés e cabelos. Era um momento de descontração. Eu gostava dessa parte, eu sempre ficava com a massagem nos ombros, os meninos ficavam brincando no canto da sala com os brinquedos.

Tenho memórias das tranças feitas nas meninas, das tranças que fiz nos cabelos dela (professora), o acalento na cabeça e afetos sendo trocados com uma colega de classe específica, também feito por ela, também pelas demais, mas entre nós duas (eu e ela) não me recordo, as memórias são vagas, na verdade, elas são ausentes e até mesmo escassas dentro dessa relação, como salienta Cavalleiro (2020, p.73) “o contato físico é mais escasso na relação professora/aluno negro”.

Para Coqueiros (2008) o interior da escola é permeado pelas relações sociais racistas que estruturam a sociedade, mesmo que indiretamente, vide o processo formativo formal no campo da educação – através dos livros didáticos, o currículo e a cultura da escola e na escola que não está à margem dos muros da sala de aulas. Tudo que está ao redor de forma indireta ou não influencia na relação da criança com o mundo e com o próximo, tal como do professor com o aluno e o aluno para com o professor.

Em “Do silêncio do lar ao racismo escolar”, Cavalleiro (2020), traça um panorama em como a escola coaduna com a institucionalização do racismo, com o preconceito e a discriminação racial na educação infantil. Denuncia a irresponsabilidade do corpo docente em lidar com os conflitos étnico raciais dentro do ambiente escolar. Como a escola impacta de forma negativa no processo de socialização de crianças negras, devido essa acriticidade em situações racistas, denunciadas ou queixadas por crianças negras.

Até eu me encontrar com a literatura das relações étnico raciais na universidade, acredito ter sido coabitada a me entender como um corpo desprovido de sentidos e sentimentos, por um longo período de minha vida. Era algo que não se conectava com o sentido da vida real, era distante, por vezes frio, anêmico sem sopro de vida ou expectativa – não se esperava que algo bom saísse de mim, e eles/elas não se intimidavam ou envergonhavam ao reproduzir isto.

Este sentimento e projeto de invisibilidade, caminha junto do processo de domesticação e adestramento dos nossos corpos, de negação de nossas subjetividades,

individualidades e singularidades enquanto sujeitos diversos que somos. Gomes (2002, p. 40) pontua acerca da “escola como instituição formadora não só de saberes escolares como, também, sociais e culturais” mas o que acontece quando a escola não educa para essa diversidade?

Cavalleiro (2020) ressalta sobre como o mito da democracia racial<sup>7</sup> pode estar diretamente relacionado a este não letramento racial crítico por parte dos professores e escola.

Minha mãe fala que assuntos de cor de pele e cabelo, sempre foram motivos de grandes tensões e conflitos com a família de Rafaela, minha colega de classe da escola Formosa. Minha mãe conta que, desde quando ela era jovem, sempre teve conflitos do gênero com a família de Rafa, pois segundo ela, eles sempre se acharam melhores que os outros, por serem brancos. Alguns terem cabelo cacheados e loiros, ou serem apenas lido socialmente como cabelo “bom”. Ela não sabe dizer quando estes conflitos começaram ou terminaram, mas segundo ela diminuíram e depois se acentuaram comigo e Rafaela na escola. Rafaela é uma criança branca, loira, com cabelos cacheados e olhos azuis.

Uma experiência marcante, foi de responder com violência física a uma colega de turma, a Rafaela. Entre um motivo e muitos outros dos quais não me recordo, no meio de um conflito, ela proferiu as seguintes palavras: “*Neguinha do Cabelo Duro, Feia, Macaca*” e coisas do tipo que sempre estiveram presentes nos conflitos escolares e diretamente nos enfrentamentos com a mesma colega. Rafa e sua prima Olindina sempre foram muito próximas em tudo, logo, em períodos de conflitos ela não estaria sozinha.

Foi no intervalo do lanche que tudo aconteceu. Me recordo em já ter sinalizado a professora das falas da colega, mas não fui ouvida. Eu estava de um lado da mesa e a Rafaela com Olindina do outro. Após mais uma vez Rafa me chamar de *Neguinha do Cabelo Duro, Feia e Macaca*, eu a agredi. Na verdade, arranhei o lado direito do rosto dela. Após tê-la agredido, me recordo de sinalizar o motivo de feito aquilo. Eu estava farta das falas e da forma em como ela e sua prima se referiam a mim.

Por morarmos no bairro onde estudávamos, a comunicação ficou fácil com os nossos responsáveis. Olindina foi na frente chamar a família e sinalizar a avó que a tia

---

<sup>7</sup>**Democracia Racial:** surge por volta dos anos de 1930, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo as elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade (MUNANGA, 1999, p. 80).

estava na escola machucada e eu fiquei na escola aguardando minha tia Maria chegar, para que eu também fosse dispensada da escola e saber qual advertência levaria pelo o ocorrido.

Tia Martha diz que a discussão por vezes saiu do controle e fora cogitado eu ser expulsa da escola, tamanha gravidade e proporção que o caso tomou. Ela não se recorda com riqueza de detalhes do que ficou acordado entre as partes, mas diz que a situação esteve insustentável por momentos.

Para toda noite, sempre vem o amanhecer e o dia seguinte foi o mais difícil na escola. Me recordo de estar formada em fila, após cantar o hino nacional e municipal, pronta para entrar na sala de aula. Já na sala, fui me sentar com os colegas ao longo da sala, como de costume, porém fui convidada a me retirar da cadeira onde estava sentada e me acomodar no chiqueirinho que fizeram para mim. Sim, na minha sala de aula havia um chiqueirinho feito para mim, a fim de que eu não tivesse contato com as demais crianças e muito menos a Rafaela, que foi agredida.

Segundo a inspetora da escola “*criança que não sabem se comportar, precisa ser tratada como bicho. Criança que não sabe viver em sociedade, precisava ficar enjaulada como um animal*” falas como estas, criam estereótipos sobre pessoas negras que perpetuam-se no processo histórico e estruturante de desumanização de vidas negras.

Fiquei isolada no chiqueirinho, experimentando a sensação em ser o corpo estranho naquele espaço que me era familiar. Episódios de como era estar presente de corpo e alma, e ainda assim eu não era vista, ouvida ou sentida. Eu não era ouvida por ninguém. A não ser quando era preciso ser exposto a turma o quão ruim era ter uma atitude como a minha ou para me lembrar de forma direta que aquilo que estava acontecendo era minha culpa.

O que ocorre é uma inversão de fatores. A vítima torna-se culpada e o culpado torna-se vítima. Da negação à violência, existe o uso do silêncio seja por omissão ou desconhecimento, que torna-se um grande aliado para quem determina a regra social.

Ainda pensando a relação tempo escola, encontrei com minha professora de biologia do ensino médio na rua, nos cumprimentamos e logo começamos a falar sobre a vida. No decorrer da conversa, surge os primeiros questionamentos

- Juliana, você ainda trabalha no mercado? Não te vejo mais lá.

Não, professora. Já faz tempos que não trabalho lá

- Está trabalhando no Rio?

Olhei firmemente para os olhos dela, estendi minhas mãos e mostrei as palmas pra

ela. Estou me dedicando aos estudos.

– Você está no CEDERJ<sup>8</sup>?

Não, professora. Eu estudo na Rural.

Visivelmente ela fica constrangida por aquele dialogo que não nos levou a lugar algum, apenas que reforçou o que sempre soube, eles não esperam que saia algo bom do lado de cá. Esse não lugar de pertencimento, da não espera de algo bom, acompanhou-me durante anos, em dois ambientes específicos: a escola e a igreja. No entanto, no mesmo espaço religioso em que se verbaliza a não esperança de algo saudável e frutífero, o descrédito, foi o mesmo espaço onde me conduziu a acreditar na educação e na mudança de possibilidades de vida para além daquela realidade vivida.

A experiência entre a escola e igreja hoje me conforma e me faço compreender, mas quando você é apenas uma criança, isso não faz sentido algum. Como num espaço social de educação por vezes me torna um abjeto<sup>9</sup>, também me anuncia outras possibilidades? Na mesma linha de raciocínio, como num espaço religioso que também é um espaço formativo, que por vezes credita em mim impossibilidades, mas a espiritualidade na qual eles anunciavam, me conduzia o caminho contrário daquilo falado por eles?

A minha constituição familiar nunca foi parecida com aquelas famílias do comercial da margarina, onde o papai chega com sua mala preta e joga no sofá ao ser abraçado pelos seus dois filhos, depois é recebido com um beijo romântico de sua esposa que já preparou a refeição da família, pois ela edifica sua casa e família. Cuida dos filhos e tem tempo para se cuidar.

Dentro das regras sociais normativas, minha família era incompleta e insuficiente para responder frente as demandas esperadas pelas instituições igreja e escola. Isso quer dizer também que a maneira como a instituição igreja vai lidar com um corpo racializado, feminino, falante e em movimento, advindo de uma constituição familiar que não era a

---

<sup>8</sup>**CEDERJ**: O Consórcio Cederj foi criado em 2000, com a finalidade de democratizar o acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade na modalidade Educação a Distância (EaD). Reúne, por meio de acordo de cooperação técnica, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro (SECTI) e da Fundação Cecierj, e as Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas sediadas no Estado do Rio de Janeiro: UFF, UFRRJ, UFRJ, UEZO, UNIRIO, IFRJ, IFF, UENF, CEFET/RJ, FAETEC, UERJ.

<sup>9</sup>**Abjeto**: Segundo a filósofa Judith Burtler (2003) é a experiência da construção da percepção de exclusão de si enquanto um corpo estranho, desconectado do contexto normalizador. Já para Segundo Julia Kristeva (1982), “o abjeto não é simplesmente o que ameaça a saúde coletiva ou a visão de pureza que delinea o social, mas, antes o que perturba a identidade, o sistema, a ordem” (Kristeva, 1982, p. 29).

mesma anunciada por ela, vai implicar juízos diferentes dos quais seriam aplicados a outros.

Trindade (1999) ao escrever sobre os Valores Civilizatórios Afro-brasileiros, conceitua para nós a partir de um olhar crítico sobre a educação infantil e as manifestações de racismos que apresentam-se dentro dos espaços escolares, tecendo sobre este alunado, a descolonização do currículo, da práxis docente e sujeitos cinco princípios afro-brasileiros, sendo eles: Energia Vital<sup>10</sup>, Oralidade<sup>11</sup>, Corporeidade<sup>12</sup>, Musicalidade<sup>13</sup> e Ludicidade<sup>14</sup> - agora, como estes princípios são encarados e compreendidos dentro do contexto da dinâmica escolar?

Queria ter uma resposta pronta, mas infelizmente ou felizmente não tenho. Por ora, compreendo a partir de então, a contradição dos agentes pertencentes das instituições citadas anteriormente como promotores de caminhos de resistências, ainda que inconsciente.

Outra situação na qual me pego, foi em uma solenidade de 50 anos da escola onde cursei a educação infantil. Na celebração haviam muitas autoridades da cidade, os moradores do bairro, ex profissionais da escola, alunos atuais e os que já passaram por lá, todos que fizeram e faz parte da história da instituição e os profissionais da secretaria de educação da cidade. Em nenhum momento fui comunicada de qualquer possível oportunidade de fala, mas aconteceu. A diretora dos anos 2000 teve seu momento de fala, lá explicitou sua alegria ao ver os bons frutos da escola e o legado da escola Dona Formosa, e foi quando se remeteu a minha pessoa, me convidando para ir até o microfone falar em nome dos alunos de 90/2000 2000 e ser lida como um exemplo de uma aluna que “deu certo” – a exceção que confirma a regra.

---

<sup>10</sup>**Energia Vital:** Tudo que é vivo e que existe, tem axé, tem energia vital: Planta, água, pedra, gente, bicho, ar, tempo, tudo é sagrado e está em interação;

<sup>11</sup>**Oralidade:** Nossa expressão oral, nossa fala é carregada de sentido, de marcas de nossa existência;

<sup>12</sup>**Corporeidade:** O corpo é muito importante, na medida em que com ele vivemos, existimos, somos no mundo;

<sup>13</sup>**Musicalidade:** A música é um dos aspectos afro-brasileiros mais emblemáticos. Um povo que não vive sem dançar, sem cantar, sem sorrir e que constitui a brasilidade com a marca do gosto pelo som, pelo batuque, pela música, pela dança;

<sup>14</sup>**Ludicidade:** A ludicidade, a alegria, o gosto pelo riso pela diversão, a celebração da vida. Se não fôssemos um povo que afirma cotidianamente a vida, um povo que quer e deseja viver, estaríamos mortos, mortos em vida, sem cultura, sem manifestações culturais genuínas, sem axé.

A conversa se deu nas seguintes palavras “Gente, vocês sabem quem é a Juliana, nós como professores ficamos muito orgulhosos de quem ela se tornou, nós que acompanhamos o seu crescimento, vivenciamos quem era ela aqui na escola: rebelde, bagunceira, respondona, vivia fora da sala de aula, mas era inteligente.

Hoje é um exemplo para as nossas crianças e para nós, se tornando uma pessoa de valor! Saiu pra estudar, se formou na Rural, uma universidade federal, hoje já formada em educação física, trabalha no Rio, que para nós isso é muito gratificante, ver os frutos que deram certo. Prefeita, estes são os nossos bons frutos, agora passo para a nossa Juju ter uns minutos de fala.”

Ainda que o tempo passe, sempre serei colocada no mesmo lugar, a do corpo estranho, de abjeto e depois serei levada para um outro lugar, de uma exaltação temporária seguida de uma exceção que agora é lida como regra

Na sequência do “Direito” à fala: “as primeiras palavras são de agradecimento a tudo que cooperou para me tornar quem sou e a possibilidade agradecer minha comunidade por também formar a pessoa e professora que sou hoje. Adianto o pedido de desculpas pelos erros cometidos que de alguma forma marcou a práxis pedagógica de cada um de vocês. Mas acreditem em mim, estes anos na universidade me ensinaram algumas coisas, até mesmo sobre este corpo rebelde que fui no ambiente escolar. Tem um moço que conheci nas aulas no instituto de educação, ele se chama Paulo Freire e alguns pensadores e pensadoras negras como Azoilda Loretto da Trindade, Paulo Freire e Nilma Lino que me permitiram compreender certas situações que me aconteceram, mas infelizmente não temos muito tempo para explicar, vamos deixar essa conversa para outro momento. Acreditem, tudo o que vivi no ambiente escolar forma a professora que quero ser, os erros que não posso e não devo cometer e também os acertos que devo levar comigo. A minha construção de identidade se dá a partir das memórias e relações que venho tendo ao longo dos anos com vocês. À Senhora Prefeita, ser a primeira mulher a governar uma cidade não deve ser nada fácil, ter uma câmara de vereadores majoritariamente de homens, sabendo que nossa sociedade infelizmente foi educada para o machismo, sexismo e misoginia, mas como mulher negra e feminista, eu acredito na força das mulheres e te desejo coragem para os dias maus e forças para conseguir dormir em paz. Aos demais responsáveis presentes, somente educando com responsabilidade em amplo sentido, que poderemos vislumbrar uma sociedade antirracista, anti-machista, misógina, sexista, classista, homofóbica e tudo que de alguma forma oprime nossa existência no solo dessa terra”.

Para este momento, valho-me dos pensamentos de bellhooks, em seu livro “Ensinando a transgredir: A educação como prática de liberdade” (2019, p. 15), rememorando minhas experiências enquanto aluna na educação básica e também no ensino superior, “aprendi sobre o tipo de professora que eu não quero ser.”

Com a experiência enquanto aluna na educação básica e também aluna em formação no ensino superior para tornar-me professora – que compartilhará saberes e também aprenderá com o seu alunado, “aprendi muito sobre o tipo de professora que eu não quero ser”, uma professora opressora, intocável de forma que não pudesse contribuir para um ambiente em sala de aula e fora dele seguro para o corpo discente.

Muito falamos dos processos de dores causados no ambiente escolar, no entanto, não é somente de amarguras que aquele ambiente é forjado. Embora as experiências racistas nas quais passei fossem muito significativas e marcadas na jornada escolar, a experiência de troca com os meus pares também foi importante para se construir uma identidade profissional e cidadã positiva acerca da vida.

Dos muitos encontros que a escola me proporcionou, com as Fulaninhas<sup>15</sup> é o que me salvou e continua a salvar os meus dias e jornada neste plano. A vida só é possível ser vivida se compartilhada. Ao longo destes anos, só foi possível sonhar e trabalhar para que os sonhos fossem tornados possíveis com orientação dos meus pares e com a espiritualidade anunciando caminhos e possibilidades para um momento que não seria o daquele no qual eu estava vivendo, mas que estou escrevendo hoje.

A relação com os meus pares, com as fulaninhas e a família delas, e a espiritualidade, foram cruciais para que eu pudesse me movimentar e seguir com aquilo que eu ouvi de orientação de Deus, me dedicar aos estudos. Eu não deveria me preocupar com a vida amorosa naquele momento, eu deveria me dedicar inteiramente aos estudos, pois de resto, no que diz respeito as muitas outras demandas da vida Ele cuidava.

Mesmo eu não tendo uma relação familiar estruturada aos moldes da sociedade burguesa, o fato de ter amigas que tinham, por vezes eu acabava por me incluir ainda que de forma distante nestas relações – seja sendo a sobrinha ou a filha adotiva, e por anos isso me foi combustível para me movimentar.

A espiritualidade na qual eu seguia na igreja, em muitos momentos se apresentou

---

<sup>15</sup>**Fulaninhas:** é o nome intitulado do meu grupo de amigos, desde o ensino fundamental 1. Uma parte do grupo se conheceu ainda no ensino fundamental 1 e a outra parte no segundo ciclo do ensino fundamental. Temos mais quase 20 anos de amizade, somos 8. Hoje, parte do grupo casou-se e já maternam, outra parte ainda não. Em nossos encontros anuais, fazemos sempre uma festa para celebrar nossas vidas e das crias (filhos e filhas), na busca de criar laços para essa segunda geração que se forma através de nós.

no cotidiano da vida. Seja por meio de amigos, desconhecidos e quem mais eu pudesse compreender o recado que estivesse recebendo. Eu entendia os encontros como cuidados. Nas relações e trocas como estas, que parecem ser aleatórias, mas não são, é o que considero importante para que me auxiliasse e que tornou possível a travessia neste plano.

Embora a escola e a igreja se apresentem em diversos momentos como um espaço de conflito e de tensões para mim, foi neste dois ambientes que tornou-se possível experimentar e vislumbrar uma possível “ascensão social” por meio dos estudos e trabalho para mim e para minha família.

Segundo JUNIOR (2019):

“A liberdade não resultará na ascensão social do negro, muito menos na igualdade no tratamento quando pensamos na inserção no mundo do trabalho. Quem detinha o poder reproduziu a relação social colonial e imperial, e agora com mais quantidade, a perspectiva da hegemonia branca”

Nos próximos escritos, não os descrevemos como forma de denúncia pura e simplesmente, mas como uma fonte de análise para compreendermos como os processos violentos de racismos nos quais estudantes negros do sistema educacional brasileiro, tem suas existências violadas ainda que no processo de formação nas escolas e universidades. E, como as demandas sociais extras salas de aula refletem e tendem a reproduzir a lógica classista, machista, generalista, racista, sexista, misógina e xenófoba.

## RACISMOS NO MUNDO SOCIAL DO TRABALHO

Da casa pro trampo, do trampo pra faculdade  
 O corpo exausto, apesar da pouca idade  
 Sem novidade, a mesmice na rota  
 Tentando ser um bom funcionário com boas notas  
 Trabalhar, estudar, nem sempre se encaixa  
 Nem mesmo no fim da aula o aluno relaxa  
 Pensa na volta, no clima lá fora  
 O metrô não funciona por 24 horas  
 Logo vem na mente os lençóis  
 E o busão vai parando nos pontos e nos faróis  
 É feroz esse desafio  
 Manhã, tarde ou noite, é raro um busão vazio [...]

A Volta pra Casa (**Rincon Sapiência**)

Eu cheguei ao mundo social do trabalho cedo. Em regime de CLT<sup>16</sup>, aos 15 anos

17

como menor aprendiz da Caixa Econômica Federal, a CEF. Dando aulas de reforço no bairro Itapuã, aos 13/14 anos.

No que diz respeito ao meu núcleo familiar no mundo social do trabalho, para as mulheres todas foram condicionadas ao trabalho doméstico, mas não permaneceram como minha mãe. Minha bisavó materna, esteve em condições de trabalhos domésticos, suas filhas por sua vez também, minhas tia avós Conceição e Maria. Para os homens, o trabalho braçal. Meu avô José, enfartou e faleceu após um problema no trabalho na fábrica têxtil no bairro Itapuã. Meus dois tios, também trabalharam na fábrica têxtil, mas ambos foram demitidos após o processo de decretação de falência da fábrica.

Das filhas de minha avó, apenas minha tia mais nova, teve uma curta experiência

---

<sup>16</sup>CLT: é a consolidação das Leis Trabalhistas do Brasil e normas correlatas.

<sup>17</sup>**Menor Aprendiz:** é uma lei que estabelece que empresas de médio e grande porte são obrigadas a contratar jovens entre 14 e 24 anos como aprendizes. A porcentagem de aprendizes dentro das organizações varia entre 5% e 15%. O programa tem como objetivo a inclusão social de jovens no mercado de trabalho, visando o desenvolvimento de competências teóricas e práticas que auxiliem na preparação para o mundo do trabalho. Programa regulamentado pela Lei 10.097/2000, garante todas as condições previstas nas leis trabalhistas em vigor no país, tais como: registro na carteira de trabalho, férias, depósito de Fundo de Garantia, auxílio transporte, tratamento médico, salário proporcional às horas de trabalho, além de garantir ao jovem aprendiz principalmente o respeito ao horário escolar. É capital que não haja sobreposição entre o período de atividade de trabalho com o horário escolar, sendo a escola formal uma prioridade para os membros do projeto.

no mundo do trabalho doméstico, pois ela além de ser a mais nova, foi a que tornou-se a exceção, concluindo os estudos até o ensino médio. Ingressando no ensino técnico – cursando enfermagem e curso um curso de aperfeiçoamento em informática. Duas tias estudaram até a última série do ensino fundamental, a antiga 8ª série, mas sem concluí-la. Minha mãe estudou até a 4ª série do ensino fundamental, também sem concluí-lo. Meus tios, Fernando e Fabrício também não concluíram a 8ª série do ensino fundamental.

Como plano B, caso tudo desse errado, também pensei em trabalhar lá, mas a administração da empresa decretou falência antes mesmo que eu completasse os anos necessários para trabalhar lá. Muitas famílias ficaram desamparadas e a minha infelizmente não fugiu ao cenário. Todas retornaram para trabalhar em casas de família, nos grandes centros ou mesmo em Itapuã, exceto minha tia mais nova, Martha.

Eu e minha irmã que fomos criadas pela nossa avó e tia, devido ao trabalho de nossa mãe, a maior parte da infância e adolescência, foi marcada por diálogos reforçando a necessidade de estudarmos para que não experimentássemos quando possíveis mães e esposas, viver o que vivíamos enquanto filhas. Sem nunca ter lido Karl Marx, minha avó e tia, falava sobre a necessidade de termos consciência de classe. O fato de não nos esconder sobre as reais necessidades de nossa família, fez com que crescêssemos com a responsabilidade de não “vacilar”.

No trabalho de minha mãe, duas coisas sempre me causaram estranhamento: o fato dela passar mais tempo longe do que perto e o fato dela dormir fora de casa, isso nunca ficou bem resolvido em minha cabeça na infância e adolescência – isso era algo que doía e eu não queria que doesse mais, mas como fazer não doer mais?

A única certeza que sempre pairou em meus pensamentos, é que eu não queria ter que viver assim, e que para isso, eu não poderia consolidar as certezas que creditavam em meu presente e futuro. Eu não queria e não podia me tornar estatística.

Eu nunca me envergonhei do trabalho de minha mãe, e sempre que podia eu frequentava os trabalhos dela. Conheci quase todas as casas nas quais ela trabalhou, recordo-me em detalhes de algumas específicas. Ela sempre ficava constrangida com algumas situações como: estar vestida de roupas brancas durante o expediente ou quando ocorria alguma festa ou aparição de algum parente...

Ela sabia o que aquela roupa significava. Uma destas vezes, fomos convidadas para uma festa na casa dos patrões, aqui na cidade de Kosmos, ela nunca tinha utilizado estas roupas que demarcam este lugar de serventia, ela sempre dizia não gostar destas roupas, pois faziam com que você parecesse menos, as pessoas te olhavam assim.

Nesta festa em específico, nem eu e nem minha irmã fomos chamadas para trabalhar, mas sim como convidadas, mas o fato de nossa mãe não poder sentar-se no sofá e nem estar conosco na sala, fazia com que nosso desconforto fosse maior, onde uma parte significativa da festa passamos na cozinha, encostadas na parede do quatinho de sapatos observando nossa mãe trabalhar. A consciência de classe de ocupação se dava por meio de revolta e incomodo de estar naquela posição sempre.

Mas a criticidade desta relação se não deu a partir das visitas a estas casas e achar diferenciada algumas coisas, muito menos por causa das sobras de comida dos finais de semana das festas ou dos livros que já não lhes tinham serventia e muito menos por causa dos seus sapatos gastos que já não lhe aparecia ter como usar, elas (senhoras) davam ou mandava vender baratinho para as amigas das empregadas e famílias das mesmas.

As leituras iniciais do letramento racial, me fizeram consumir sem filtro diversas categorias da literatura. Os livros “Entre o mundo e eu – TaNeshi Coates, Na minha pele – Lázaro Ramos e Cor de Pele – Clarissa Lima” foram responsáveis por despertar o significado aquela chateação interna que pouquíssimo se falava.

Estávamos no final de ano, eu já tinha retornado da faculdade por causa das férias, mas não tinha ninguém em casa (minha mãe e irmã), liguei a tv e vi um filme chamado “Que horas ela volta” no mesmo instante liguei pra minha mãe e falei para ela ligar a tv do quarto, estava passando um filme muito bom, muito parecido com a gente.

Deitada no sofá, ficava tentando entender o porquê minha mãe podia e cuidava do filho dos outros e as duas dela ela não tinha forças e nem tempo para cuidar. Ao chegar em casa, ela sempre chegava exausta e sem forças físicas e mentais para quaisquer demonstração de afeto ou acolhimento de duas adolescentes sedentas pela presença da mãe.

Quando fui aprovada no Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, eu já trabalhava na CEF, como Jovem Aprendiz, e já estava cursando o ensino médio. Logo, para estudar no CTUR e trabalhar na caixa seria inviável, em acordo com minha mãe, decidi continuar trabalhando, uma vez que lá oferecia benefícios que eu não ganharia em outros lugares – o auxílio alimentação e auxílio transporte. Acreditei que poderia seguir carreira, como estagiária e posteriormente correspondente bancária.

Para continuar trabalhando, eu e minha mãe tínhamos a seguinte logística: Eu saio para estudar às 07:00, ela saíria às 08:00 para o trabalho no centro de cosmos. Após as aulas eu passava no trabalho dela, pegava minha marmita e iria para o meu trabalho na CEF, que iniciava-se às 13:00.

Eu repetia esse rito de segunda a sexta, mas eu me recordo de um dia específico, em que quando cheguei, quem me atendeu foi a dona da casa, e ela mandou eu me dirigir até o banheiro onde minha mãe estava. Quando cheguei, minha mãe se assustou, a fisionomia dela mudou e ficou monossilábica.

Eles (os donos da casa e seus filhos) estavam na cozinha almoçando, perguntei se ela já havia almoçado e ela negou, disse que estava aguardando eles terminarem. Com um braço apoiando o peso do corpo na parede e o dentro do vaso sanitário que ela estava limpando, ela se vira e diz “Tá me olhando? Já vai vendo, se você não estudar, vai terminar aqui como eu, na hora do almoço, ao invés de estar assentada à mesa almoçando com seus filhos, vai estar limpando o vaso dos outros” – aquilo nunca mais saiu da minha cabeça e me acompanha até os dias de hoje.

Sem qualquer compromisso com a academia ou nunca ter ouvido falar de qualquer pensadora ou intelectual negra, minhas mãe descrevia em poucas palavras o que Gonzalez (1984) já teorizava acerca das condições das mulheres negras pós abolição.

O que Lélia Gonzalez (1984) está propondo-nos é a reflexão crítica da cultura brasileira que se conformou ao longo do seu processo histórico, social e cultural, mas que se sustem por décadas e torna-se cada vez mais impenetrável, que décadas após Bento (2002) nos convida a refletir como os Pactos Narcísicos da Branquitude.

Se assim posso dizer, “embora eu experimentasse os 15 minutos de glória, como menor aprendiz da CEF, no minuto seguinte eu era novamente posta no meu lugar: como uma criança rebelde, faladeira, brigona e filha de fulana que trabalha ou trabalhou na casa de sicrano (dito popular)”. O problema não era ser filha da trabalhadora doméstica, mas o processo de invisibilidade que minha mãe, enquanto mulher e trabalhadora era submetida ao tornar-se um objeto de posse de outro alguém que tinha nome, mas ela não. Ela não era Isabel Nascimento da Silva, ela era tudo, menos ela.

Essa relação de trabalho, entre trabalhadoras domésticas e patrões, se dá muito em relação aos processos coloniais e patriarcais que perpetuaram-se após o pós abolição, do período escravocrata, como salienta Bergmman (2011):

“O trabalho doméstico, exercido predominantemente pelas mulheres, é uma atividade histórica e ligada a habilidades consideradas femininas, no contexto da escravidão, o papel de organização e cuidado da casa grande, ficou a cargo de mulheres negras, enquanto mulheres brancas a principal função dentro do lar era de estabelecer a ordem e o bom funcionamento do lar”

Embora eu estivesse dentro de um ambiente de trabalho, diferente da minha mãe,

acompanhando-a em seus trabalhos, aprendi sobre os limites estabelecidos no mundo social do trabalho, sempre houve regras e hierarquias, e que para este novo mundo (CEF) implicaria adotar estas regras e limites estabelecidos.

Enquanto estive como aprendiz, fui orientada por uma senhora branca, funcionária com longos anos de casa, logo, eu não era a primeira e nem seria a última a me tornar jovem aprendiz a ser orientada por ela. O processo de inserção na CEF foi demorado e difícil, para o estabelecimento de um ambiente de trabalho cordial e respeitoso com alguns dos funcionários.

Embora já tivesse passado do treinamento e não houvesse mais nenhuma necessidade de aprovação, para três funcionários, eu estava em constante treinamento e sem muitas possibilidades de erros.

Com um tempo, que não sei dizer o quanto, as relações tornaram-se mais agradáveis e menos agressivas (com menos deboches). Neusa, minha orientadora do trabalho e seu colega de trabalho, Eptácio, viviam para me chamar de neguinha (tom de riso), mesmo eu já tendo verbalizado meu descontentamento em relação ao que ela chamava de apelido carinhoso, pois ela amava dar apelidos para os seus menores.

Em um dia atípico, Eptácio, referiu-se a mim como uma “cachorrinha molhada na chuva<sup>18</sup>” – em um tom de brincadeira. Já não era a primeira vez que o mesmo utilizava-se do humor, para justificar falas ou frases de cunho racista. No entanto, no dia em que Eptácio fez essa “brincadeira”, Rogério, o gerente de pessoa jurídica ouviu e o repreendeu, sinalizando – o que “naquele momento eu era menor aprendiz, mas que eu poderia estudar, mudar de vida e tornar-me colega de trabalho ou até mesmo chefe de dele”. Ele riu e saiu andando.

Ao estudar sobre racismo recreativo, Adilson Moreira (2019) concebe alguns conceitos que considero essenciais para nos debruçarmos e compreendermos como o uso o humor torna-se um dispositivo acionado para minimizar o racismo e a tensões/conflitos gerados por um episódio racista. Ainda segundo o autor, o “humor está longe de ser um mero comportamento reflexo”.

Depois daquele episódio me encorajei e fui até a gerente de pessoa física, Mônica, gerente de pessoa física. Conteí o quanto aquela situação estava me incomodando e que não queria mais estar naquela situação. Mônica entrevistou, fez uma reunião com Neusa e

---

<sup>18</sup>Ele referiu-se a mim desta forma, pois o procedimento no qual eu fazia, era de recolher assinaturas dos funcionários para dar prosseguimento ao desenrolar do trabalho.

Epitácio, e depois daquele dia, tornou-se minha tutora enquanto o contrato não acabava.

Mônica e Epitácio sempre faziam piada de cunho pejorativos, Mônica por sua vez fazia piadas de cunho racializadas e que segundo ela, eu era neguinha dela. Por quem ela tinha muito afeto, pois estaria me ensinando sobre a vida, já que havia chegado ali crua.

Vale ressaltar que a análise crítica e reflexiva feita no presente momento, não foi a mesma feita no ano de 2010/2011 quando me ocorreram as situações descritas. Novamente, hoje, embora a conjuntura política nacional e internacional, não seja favorável as epistemologias do sul, aos saberes decoloniais, feministas e progressistas no campo da educação, ciências sociais e humanidades, o que fazemos hoje é teorizar a vida a partir do nosso processo analítico, político e reflexivo.

Hoje, no exercício de teorizar a vida, recorro aos escritos de Guimarães (2000) afim de compreender como ocorre os insultos e as ofensas verbais. Segundo o autor, os insultos tem como “função ou intenção a relação de poder”, ainda segundo o autor para além de uma visão negativa sobre o Outro, o insulto corresponde ao “rompimento de uma norma social”.

Flynn (1977) apud Guimarães (2000) apresenta algumas do que ele caracteriza enquanto funções dos insultos: “a) legitimação e reprodução de uma ordem moral; b) legitimação de uma hierarquia entre grupos sociais; c) legitimação de uma hierarquia no interior de um grupo; e d) socialização de indivíduos em um grupo” – Guimarães redobra sua atenção acerca das duas últimas funções, onde contribuem para os estudos do conceito de insultos rituais e insultos raciais não rituais.

Insultos raciais, compreende como “contendas verbais, onde insultos são trocados de modo regulado, pondo em evidência o domínio verbal e controle emocional dos participantes” e os insultos raciais não rituais, correspondem a “tentativas de legitimar uma hierarquia social baseada na ideia de raça”, segundo Guimarães (p. 2, 2000).

Moreira (2019) nos chama a atenção sobre a “Psicologia Social do Humor” onde ele se debruça ao explicar sobre o uso do humor como estratégia para a reprodução do racismo recreativo. Para tal, o autor descreve as teorias do humor<sup>19</sup>, pelas quais o racismo recreativo irá se manter e reproduzir.

---

<sup>19</sup>Teoria da Superioridade  
Teoria Psicanalista do Humor  
Teoria da Incongruidade

### **De Jovem aprendiz à balconista da papelaria**

Passado o tempo de contrato com a caixa econômica, fui convidada pela esposa do dono de uma papelaria para trabalhar com eles, como atendente, uma vez que eles me conheciam da CEF. Fiz a entrevista de emprego, passei, mas salientei durante o processo de entrevista que gostaria de continuar estudando, eles disseram que isso não haveria problema, daríamos um jeito.

Logo iniciei o trabalho na linha de frente no atendimento, eu só não lidava com o caixa. Em relação as técnicas do trabalho de balconista, eu teria uns meses para aprender o jeito do trabalho, pois ainda não era o período intenso de venda de materiais escolares. Eu ainda não tinha concluído os estudos da educação básica, o ensino médio.

Eu estava no primeiro ano do médio noturno (integral), havia trocado o período da escola por causa do emprego na caixa econômica. Na papelaria, eu trabalhava no período matutino e vespertino até às 18:30, por causa do meu horário de aula, mas caso fosse o meu dia de limpar a loja no fechamento do expediente, eu sairia mais tarde da loja como os demais funcionários.

Da caixa econômica até o episódio do quase tombo, para a esposa do sr. Flavio, eu era a Juzinha da dona Selma, no entanto em um dia em que seu esposo, dono da loja fez uma “brincadeira” comigo em que eu quase caí e para que não caísse ou se machucasse me segurei no braço dele, me tornei uma desconhecida para Selma. Insultos como “neguinha, a garota (em tom de desprezo), a menina, a marmota” tornaram-se corriqueiros no cotidiano de trabalho.

Leandra, a outra funcionária dizia que não podia mexer ou brincar com o sr. Flavio, ainda que ele quem tomasse partido sobre qualquer brincadeira, pois Selma era muito ciumenta.

Dona Selma é uma mulher branca, com seus cinquenta e tantos anos, mãe de dois filhos homens, já adultos. Junto com Flavio, seu marido, gerenciava os negócios da família. Ele introvertido e ela extrovertida, ele comandava as finanças dos estabelecimentos (papelaria e bar) e acompanhava a dinâmica administrativa, enquanto ela respondia pelo bom funcionamento dos negócios da família.

Para Elias & Scotson (1994) apud Guimarães (2000) “propõem um ordenamento no modo como os grupos dominantes estigmatizam os dominados. Segundo eles, isso ocorre quando tais grupos detêm o efetivo poder de fazer crer, a si mesmos e aos próprios execrados, que tais estigmas são (ou podem ser) verdadeiros.” Segundo Guimarães, o

modo de funcionamento deste ornamento se dá em:

primeiro modo de estigmatizar é a pobreza, e para utilizá-la o grupo dominante precisa monopolizar as melhores posições sociais em termos de poder, prestígio social e vantagens materiais, já que apenas nessa situação a pobreza pode ser vista como decorrência da inferioridade natural dos excluídos. O segundo modo é atribuir como características definidoras do outro grupo a anomia (a desorganização social e familiar) e a delinquência (o não cumprimento das leis). O terceiro, atribuir ao outro grupo hábitos deficientes de limpeza e higiene. O quarto e último é tratar e ver os dominados como animais, quase animais ou não inteiramente pertencentes à ordem social. (Guimarães, pag. 3, 2000)

Houve momentos em que senti-me coagida a ponto de esconder minha bolsa dentro da loja, para que ela não tivesse possibilidade de forjar nada dentro da minha bolsa. Outro episódio que saliento, foi quando ela me chamou de neguinha do cabelo duro, em um tom jocoso, em seguida mandou molhar os meus cabelos, pois estava feio, para atender uma cliente.

Neste período eu ainda utilizava química nos cabelos, saí e fui até o banheiro molhar o cabelo e passar creme para diminuir o volume do cabelo, mas uma cliente chegou na loja e comprou sorvete, porém não tinha ninguém que pudesse atendê-la. Dona Selma me gritou, já que ela estava no caixa, saí correndo para atender a cliente, mas logo fui interpelada ao som das palavras: “vá se arrumar menina, você está igual uma marmota, vai pentear esse cabelo”.

Entre a prontidão e o interpelamento de Selma, o processo de animalização e o constrangimento tomam conta do ambiente de trabalho, é como ressalta Guimarães (2000), “Como instrumentos de humilhação, sua eficácia reside justamente em demarcar o afastamento do insultador em relação ao insultado, remetendo-o ao terreno da pobreza, da anomia social, da sujeira e da animalidade” este é o modo operante do insulto.

Depois destes episódios que se tornaram recorrentes, sinalizei para minha mãe o quão difícil estava permanecer ali, que meu corpo já não estava respondendo bem e que estava aparecendo umas feridas no meu corpo, especificamente na orelha e que meu nariz estava sangrando diariamente. Minha mãe mandou eu orar, mas disse que eu não poderia deixar o trabalho, pois se eu entregasse o meu lugar me traria problemas futuros acerca de possíveis trabalhos ou até mesmo junto aos meus direitos trabalhistas.

Comecei a trabalhar na papelaria em outubro/novembro, em dezembro era a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Desejei fazer para testar os meus

conhecimentos e conhecer a prova. Fiz sem qualquer pretensão, já que ainda estava no segundo ano do ensino médio.

Eu queria ser doutora e acreditava que isso só era possível sendo médica ou advogada. Então, escolhi o curso de medicina para pleitear a vaga, mesmo não tendo noção alguma da concorrência. Meus amigos me explicaram como o processo de seleção era altíssimo e que dentro da universidade havia possibilidades de fazer uma prova e mudar de curso.

Então, escolhi um curso que minimamente conseguisse disputar a vaga, mesmo que fosse para não entrar, visto que eu não havia concluído o ensino médio, o que seria um problema. Fiquei em dúvida entre Enfermagem, História, Educação Física, Biologia e Psicologia. Escolhi Educação Física, com a meta de mudar de curso e fazer Direito ou Medicina, determinada em tornar-se Doutora.

Passsei na lista de reclassificação, mas eu ainda não havia finalizado a etapa na Educação Básica, então como ir para o Ensino Superior? Descobri a emancipação e o uso da nota do Enem como certificação do ensino médio, meus professores acreditava ser loucura todo aquele esforço, meus amigos também acharam, mas eu acreditava que aquela era a minha chance e único momento possível.

Foi num anúncio de internet que descobri a possibilidade de concluir o Ensino Médio utilizando as notas do Enem. Li a matéria, expliquei o procedimento para minha mãe e disse que era possível eu conseguir. Ela me apoiou e andamos o Rio de Janeiro até encontrarmos a secretária de Educação e os responsáveis afim de que fosse tornar possível aquele feito da internet para mim.

Embora tivesse tentado concluir o ensino médio com a nota do Enem, não houve êxito algum na tentativa, desde os professores até o responsável pela secretária de educação do Rio de Janeiro disseram que aquele feito todo era desnecessário, se eu havia passado uma vez, eu poderia passar de novo, nas condições legais, sem pular etapas. Na minha cabeça, eu só tinha mais uma oportunidade, o segundo semestre, pois tudo era muito indeciso no processo de seleção, em relação a nota de corte do curso.

Optei por concluir o ensino médio via o Ensino de Jovens e Adultos, a EJA<sup>20</sup>. Expliquei para minha mãe o que era preciso e ela apoiou. O semestre de 2012-I já havia

---

<sup>20</sup>EJA: A educação para adultos é o tipo de educação orientado para adultos que completaram ou abandonaram a educação formal. É uma prática em que adultos se envolvem em atividades sistemáticas e sustentadas de autoeducação a fim de obter novas formas de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores

começado, uma conhecida havia me sinalizado do segundo período e que a forma de ingresso na universidade era a mesma, então entendi que aquela era a minha oportunidade.

O primeiro semestre na faculdade, eu já havia perdido a matrícula, não estava disposta a perder novamente. Meus professores diziam que se eu tinha mesmo sido aprovada uma vez, poderia ser aprovada novamente que sair do ensino regular para o EJA era um grande perda, mas eu não hesitei, fiz a troca e minha mãe foi autorizar na escola. Conteí e proveí a diretora da escola o que me tinha acontecido e ela disse que assim que eu concluísse as provas e trabalhos, faria o possível para me ajudar a conseguir os documentos a tempo para me apresentar a Rural, assim ela fez.

Saí da papelaria cantando o meu louvor favorito “Fiel a mim – Eyshila” acho que nunca havia agradecido tanto a Deus por uma demissão como aquele dia. Na minha contradição, havia medo por ficar desempregada e minha mão dar conta das contas de casa, da minha possível ida para a universidade e tudo que estava implicado naquele momento, porém imensamente feliz por me livrar daquele ambiente hostil de trabalho.

Saí do trabalho chorando de alegria e o meu único receio era minha mãe ficar chateada comigo, fiquei com medo dela brigar. Fui para o culto, cantei o meu louvor favorito, agradei a Deus por ele ter me livrado daquela situação. Ouvi uma palavra do presbítero Fernando, onde ele afirmava que Deus não havia se esquecido de mim, eu apenas cri e agradei.

Uma pessoa influente de minha igreja, pediu meu currículo e levou até a rede de supermercado da cidade. Fui chamada para a entrevista, passei na entrevista para trabalhar enquanto empacotadora.

Neste período, eu já havia concluído o ensino médio. Já na entrevista, ressalté sobre estar prestes a ser convocada pela UFRRJ para cursar educação física, que eu estava apenas aguardando o segundo semestre da universidade para ingressar efetivamente. Fui questionada de um possível conflito entre trabalho e estudos, mas “garanti” que isso não iria ocorrer, mesmo sabendo que poderia acontecer.

A rede de supermercado onde eu trabalhava, era dividida por setores, a frente de loja que era o rosto da rede e as laterais, onde seriam os desafogos da loja. Segundo meu coordenador de loja, necessitava-se de um perfil para estar ali na frente, seja como empacotadora, fiscal ou operadora de caixa. Mas, segundo ele, eu não tina este perfil.

Sobre a Rural? o ano era 2012<sup>21</sup>. As universidade federais do Brasil entraram numa

---

<sup>21</sup>[https://pt.wikipedia.org/wiki/Greve\\_no\\_ensino\\_p%C3%BAblico\\_federal\\_do\\_Brasil\\_em\\_2012](https://pt.wikipedia.org/wiki/Greve_no_ensino_p%C3%BAblico_federal_do_Brasil_em_2012)

greve histórica, uma das maiores de todos os tempos. O movimento de greve iniciou em 17 de maio de 2012, organizado pela ANDES-SN <sup>22</sup>tendo a adesão em torno de 95% das instituições, com as principais reivindicações: a reestruturação da carreira dos docentes e o reajuste salarial. Com o apoio dos estudantes e movimentos estudantis, os técnicos-administrativos das instituições também entraram em greve.

O ano letivo de 2012-I foi interrompido no meio do período devido ao comando de greve, este período durou entorno de cinco meses ao total. Iniciou-se em 17 de maio de 2012 e teve seu fim em 19 de setembro de 2012. Como os estudantes seriam os maiores lesionados, a administração da UFRRJ junto ao sindicato, decidiu por reiniciar o período letivo de 2012-I, e foi aí que o jogo para mim muda de situação.

Durante o ano de 2012: trabalhei na papelaria, fui dispensada, estudei contabilidade (no período de greve//como plano B), cursei Pré vestibular social durante 3 meses aos sábados apenas no período da tarde (com o intuito de ainda cursar medicina ou direito), devido a jornada de trabalho na papelaria – mesmo já tendo sido aprovada na Rural e por último trabalhei no supermercado.

Dois momentos marcaram o período em que trabalhei no supermercado. O primeiro foi com o meu supervisor, quando ele me chamou para uma conversa sobre meu cabelo e minha aparência, onde não estava de acordo com aquilo que segundo ele, fazia parte do padrão para estar na frente de loja e para ser quem sabe um dia eu me tornar uma operadora de caixa ou até mesmo uma fiscal de caixa, mas para isso eu precisava me enquadrar no padrão da empresa.

Eu não tinha a menor noção sobre o quão racista aquela fala foi, mas entendi o recado. Embora, não pudesse discordar de forma efetiva com o supervisor, mentalmente eu sabia que aquele momento teria um fim, eu iria sair dali e ir para a universidade, e ingenuamente, aquilo não mais iria acontecer.

Mas como eu não havia consciência crítica da violência na fala do supervisor e como a padronização nunca é algo alcançável para nós enquanto mulheres negras, para minimizar os outros possíveis conflitos que poderíamos ter, fui até uma rede de salão e fiz o procedimento de relaxar o meu cabelo crespo, em busca de possíveis cachos.

O segundo episódio, foi com um cliente, o sr. Jerônimo. Como aquela loja especificamente estava sendo lesada por recorrentes perdas de carrinhos de transporte de

---

<sup>22</sup>Sindicato nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

mercadoria, fora implantado um novo sistema para assegurar a devolução dos mesmos.

A partir de determinado dia, para que houvesse empréstimo do carrinho, caso o cliente que pedisse, o mesmo deveria deixar um documento de identificação para assegurar o mercado que haveria devolução e quando isso acontecesse, seu documento lhe seria devolvido. Nós os empacotadores, não estávamos mais autorizados a acompanhar o cliente até o carro de passeio para levar suas bolsas e compras e muito menos emprestar o carrinho sem que fosse for essa via de empréstimo.

“Quando Jerônimo chegou no caixa, perguntei se seria preciso o uso de um dos nossos carrinhos para transportar até o carro, ele afirmou que sim, logo expliquei a necessidade da temporária retenção de seu documento de identificação. De forma grosseira, Jeronimo mandou eu me virar. Fingi não perceber e continuei empacotando suas mercadorias. A medida que o guichê do caixa encheu e as mercadorias não haviam acabado de serem empacotadas, iniciei o procedimento de colocar as sacolas do cliente no chão, como sempre foi feito com qualquer um. Era um procedimento corriqueiro. Após o término do empacotamento, o cliente insiste em não deixar o seu documento e inicia uma enxurrada de xingamentos, insultos racistas e ameaças como: neguinha suja, demente, dizia que iria acabar com a minha gracinha, que ligaria para o dono da rede de supermercado, que faria eu perder meu emprego, dizia que eu teria que limpar as bolsas que pus no chão, porque se sujasse ou manchasse o banco do carro, o que eu recebia não pagava o nem o estofamento do ecosport dourado dele. Seguiu dizendo que se eu quisesse ser alguma merd\* na vida, eu deveria estudar e sair detrás daquele balcão”.

A fiscal das operadoras assistiu, após o ocorrido, mandou para que eu fosse na cozinha beber água e lavar o rosto. Subi para o segundo andar, fiz o que ela havia sinalizado, não dei conta e desmoronei. Fui chamada na gerência, para entenderem o que havia ocorrido com o cliente em questão, mas não foi feito nada a respeito. Após este episódio, percebi algumas mudanças em mim, como tremores, calafrios, sudorese excessiva e taquicardia, estes sintomas desencadeavam todas as vezes em que Jerônimo entrava no supermercado ou alguém parecido se aproximasse.

Nestes dois casos citados acima, ambos descrevem o que Kilomba (2019, pag. 160) conceitua como “A dor do indizível – aparentemente, a dor infligida ao corpo é a expressão da ferida interior causada pela violência [...]”. Diz respeito aos traumas que pessoas negras são atravessadas por viverem situações racistas e como não há um processo de desaguar/verbalizar ou teorizar, o corpo físico é atravessado pela dor e a somatização inscrita nele durante este processo violento agonizante.

Foi após este ocorrido, que contei para os meus amigos do mercado que eu havia sido aprovada na universidade rural e que estava aguardando a chamada pra fazer a matrícula na universidade Rural. E desde então os meninos dos setores da Padaria, Açougue e Gelado, me encorajaram para eu estudar e sair daquele lugar. Eles me diziam o quão nova eu era, que havia chances para mim, que aquele homem era um “idiota” e que eu devia tomar coragem e sair do mercado na primeira oportunidade.

Os meninos sabiam do meu medo em relação a perder o emprego e o quanto isso custaria a minha mãe e família, pois minha avó e tia já tinham ido embora de casa e ficou somente eu, minha mãe e irmã. A preocupação deles era apenas me fazer sair dali. No dia em que ocorreu o caso com o cliente, o gerente não estava na loja, no outro ele me chamou pra conversar com todos que estavam presentes, me perguntou se eu queria fazer um BO e eu disse que só não queria mais ter que atender aquele homem, ele me liberou.

Como uma rede de proteção, todas as vezes em que o cliente ia ao mercado, eles iam notificando uns aos outros afim de que eu não tivesse nenhum contato com o homem, devido ao trauma da situação. Tempos depois descobri que ele era marido de uma professora que tive no ensino médio e também conhecido de meu pai, por vezes cruzamos nossos caminhos, mas sem nos dirigirmos a palavra.

Ainda no período de greve, a rural convocou os alunos que foram aprovados pelo sistema SISU para se matricular na universidade, para o período seguinte 2012-2 que iniciaria no ano de 2013. Me recordo de não estar encorajada, mas ciente que não tinha outra forma, os estudos era a única forma de sair do mercado, sem que tivesse qualquer problema com a família e/ou terceiros em relação as cobranças.

Após a entrega dos documentos na universidade, o calendário acadêmico ainda passou por uma reformulação, as aulas não iniciaram de imediato, continuei trabalhando e lesionei meu punho direito, fui afastada do cargo de empacotadora, pois a lesão estava progredindo e caso permanecesse, iria passar por um procedimento cirúrgico. Mas por ser jovem, a segunda opinião médica considerou precipitada e não fiz o procedimento.

Em setembro, as universidades declararam fim da greve, a UFF e a UFRRJ foram as

duas últimas instituições a decretarem o fim. Com isso, a nova proposta do calendário acadêmico já aprovado, tínhamos data para o início do segundo período ainda do ano de 2012-II: 07 de Janeiro de 2013.

Após o retorno as atividades laborais no trabalho, no primeiro da manhã, me encorajei, pedi para conversar com o gerente e pedi o desligamento da empresa para que eu pudesse iniciar os meus estudos na Universidade. Foi neste momento em que me tornei a primeira universitária da minha família.

## Do Trabalho à Universidade

Mantive em segredo a data certa e trabalhei normalmente. No decorrer do tempo, acabei sendo acometida de uma tendinite no punho e fui afastada do trabalho, foi onde que fui até a rural conhecer o ambiente e saber o que eu podia fazer ali para me manter na universidade. Conheci as instalações do alojamento feminino através de uma estudante de agronomia, e a possibilidade de trabalhar no restaurante universitário também por meio dela.

Eu já sabia que minha mãe não teria dinheiro para me manter sozinha na universidade, fiz as contas de tudo e conversei com a minha avó, para que ela pudesse garantir ao menos o ticket de alimentação, pois eu estava pleiteando uma vaga no alojamento, então, a passagem seria apenas para o final de semana.

Minha avó aceitou pagar meus tickets de alimentação, eu havia conseguido a vaga no alojamento, depois de acertar tudo cheguei no mercado e pedi a palavra com o gerente, disse a ele de minha situação e precisava ser desligada da empresa para estudar, o procedimento foi feito. Com o dinheiro que recebi do mercado, comprei alguns pertences básicos que eu não tinha em casa.

Quando ingressei na universidade, eu sabia que não poderia desistir, pois muita gente estava envolvida na minha escolha em estudar e deixar o emprego. Prometi a minha mãe que assim que terminasse os estudos eu trabalharia, então mentalmente e nos acordos que fazemos durante a vida, eu tinha um tempo determinado para estar lá. Eu não poderia errar com a minha família, a minha única obrigação era estudar e sair daquele lugar o mais rápido possível para retornar ao mercado de trabalho e ajudar minha mãe. Assim intimamente segui o meu plano infalível até setembro de 2014.

Dia 07 de Janeiro de 2013 ingressei no curso de educação física na Rural. Dia 08/01 eu já tinha um apelido, Zezé, de início era engraçado, mas depois foi ficando pesado, mas não havia mais volta. O apelido já havia pegado em todo o curso e só desaparecia quando eles queriam me comparar com uma outra menina negra e gorda que também cursava educação física. Passei um tempo empenhada em provar que eu não apenas a menina gorda e engraçada da educação física.

Ser reprovada em algumas disciplinas específicas do meu curso, me fizeram atentar para algumas coisas, mas dificilmente expor publicamente ou questionar os professores. Eu deveria apenas ser cordial e fazer o que era de minha obrigação, mais nada.

Do ciclo de reprovações ao ciclo de assédios: moral e sexual – como explicar?

Minha primeira reprovação mais significativa foi na disciplina de AH<sup>2</sup>, onde o professor havia dito que eu não tinha dominado o conteúdo, devido minhas expressões faciais serem de estranhamento para ele. Fiquei arrasada, mas segundo ele, a reprovação era para o meu bem, pois eu era forte e uma menina guerreira, não podia desistir. Eu iria me empenhar muito mais da próxima vez e seria aprovada com certeza.

Ouvi e cursei de novo a mesma disciplina e novamente reprovei, fui pedir o feedback “ele disse que tinha um livro pra eu ler, de uma afro americana que não desistiu da vida depois dos NÃOS que ela havia recebido na vida, que ele me via como aquela mulher, eu era valente, não iria desistir tão fácil”. No período seguinte, eu estava lá e por fim passei na disciplina.

Neste momento, eu ainda não havia tido contato com o movimento estudantil (ME) e nem com o ensino das relações étnico raciais (ERER). O ME por não me atentar às suas pautas e demandas como algo relevante e que fosse possível conciliar com as demandas de estudos e o ERER por seriamente não acreditar que na universidade seria possível haver ações racistas, e por acreditar estas discussões longe da minha realidade. Ainda em relação ao movimento estudantil, vale ressaltar o empenho de alguns professores em banalizar o movimento, seja ridicularizando-os, seja invalidando sua luta. Verbalmente, empenhando-se em deslegitimar a luta estudantil.

Eu estava preocupada com dois compromissos: concluir o curso e voltar para o mercado de trabalho, afim de diminuir a sobrecarga do mundo do trabalho nas mãos de minha mãe, dentro de nossa realidade.

Embora não houvesse o uso das palavras chaves que me fizessem despertar para as relações étnico raciais, minha mãe sempre fazia eu estar bem apresentável, sempre dizia “nós que somos pretos, não podemos estar de qualquer jeito, precisamos estar sempre limpos, cheirosos e de cabelo arrumado”. Dependendo do evento, era no mínimo dois se arrumando, para que não houvesse motivos de zombaria ou discriminação por ser preta e pobre. Frases como “Preta tem que andar com os pés limpos; Nada de andar russa ou encardida; os cabelos tem que estar limpos, cheiros e baixo; Os dentes e o hálito nem se fala – você sabe como eles são...” Com toda certeza ela estava falando da branquitude<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> **BRANQUEAMENTO E BRANQUITUDE NO BRASIL** In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / IrayCarone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58)

<sup>2</sup> Coordenadora Executiva do CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades; Doutora pelo Instituto de Psicologia da USP; Coordenadora Geral das 07 edições do “Prêmio Educar para a Igualdade Racial e de Gênero”; Coordenadora do Projeto “Conteúdos, Materiais, Ensino à Distância e Formação de Rede em prol da Diversidade na Educação Infantil” com a UFSCar/MEC; Membro da

FE era uma disciplina em que eu me sentava nas cadeiras da frente. Para que não houvesse dúvidas por parte do professor que eu estava empenhada em aprender e não queria reprovar como na disciplina AH<sup>2</sup>. Ele tinha mania de fazer piadas sem graça, mas que todo mundo ria, inclusive eu – eu não sabia se era de nervoso ou de medo, mas ríamos. Com um didática questionável, ele sempre fazia questionamentos constrangedores, mesmo que fosse em relação a disciplina, mas o meu silêncio era garantido, pois qualquer passo em falso, poderíamos nos tornar o motivo da próxima piada do semestre ou da outra turma.

Outra situação, foi em uma das aulas sobre sistema reprodutivo. Que segundo ele, mulheres negras eram quente na cama e num tom convidativo me perguntou se era verdade? Eu disse que não sabia, pois não transava. Silêncio e o riso constrangedor.

Ainda nesta disciplina, embora tivesse esgotado todos os recursos acadêmicos de leitura dos livros, uso da monitoria e grupos focais com minhas amigas e individual, eu novamente recebi uma nota abaixo da média. No entanto, desta vez não pedi feedback, mas sim o questionei, já que havia feito quanto ele tinha me orientado para ser aprovada e nada havia sido suficiente. Eu havia usado todos os recursos, mas de nada valeu.

Da mesma forma que nos outros semestres, eu havia estudado a madrugada inteira, elaborava resumos coletivos e individuais, todos que estavam em minha volta, eram aprovados, menos eu. Eu queria entender o que eu tinha de errado e como era o método de avaliação dele, para cumprir com os requisitos, pois estava começando a ficar cansada do esforço do semestre inteiro e no final, novamente ser reprovada.

As relações sociais, raciais e de gênero são construídas socialmente e historicamente, o que segundo (Queiroz; Santos, 2016) para nós sujeitos racializados por meio da negritude, ser negro e ser mulher negra na sociedade, é marcado por processos e tratamentos desiguais no cotidiano social. É estar diretamente associado e ser alocado para um lugar do ser servil, desumanizado, desrespeitado, desvalorizado, violentado e animalizado no cotidiano de suas vidas, ainda que nada justifique este tratamento desigual nas relações sociais.

---

Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia; Desenvolveu consultoria no campo da diversidade para FEBRABAN, no Comitê de Diversidade dos Jogos Olímpicos 2016, Itaipú Binacional, OXFAM, Fundação Vale, Eletrobrás e outras empresas; Professora de Psicologia Social da Universidade de Austin – Texas/EUA; Ex-Membro do Grupo Assessor da ONU Mulheres; Fellow da Ashoka; Eleita Líder Social no “Fórum de Líderes Sociais e Empresariais” da Gazeta Mercantil (2002); Líder Avina; Reconhecimento pela Medalha Anchieta e do Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo; Cidadã da Cidade de ATLANTA (EUA - 1991)



### **O ciclo do horror assédio moral e sexual: Professores também assediam sexualmente e moralmente alunos**

Neste capítulo alguns fenômenos como: raça e racismo, assédio moral e assédio sexual, sexismo e hiperssexualização são constructos que mediam cotidianamente as relações interpessoais de nós, mulheres negras e se interseccionam sem que haja necessariamente uma ordem de manifestação ou hierarquia entre eles.

Embora o assédio sexual e moral não sejam fenômenos recentes na sociedade, seus respectivos enfrentamentos e denúncias ao que parece é uma “novidade”, sobretudo no campo das organizações de trabalho, segundo Freitas (2001). O que segundo a autora, consiste em um constante “esforço de desqualificação de uma pessoa por outra, podendo ou não conduzir ao assédio sexual”.

Muitos estudos estão concentrados em pesquisar as organizações laborais, para compreender as facetas do assédio moral e sexual, esquecendo das demais formas de organizações como escola, universidade, igreja, família e etc. Neste trabalho, estamos nos remetendo as formas de assédio moral e sexual nos quais fui submetida na universidade.

Ao notificar à coordenação de curso sobre a denúncia de um episódio de racismo no qual sido submetida, dentro de uma aula do curso e por uma colega, o coordenador em questão ridicularizou e minimizou a situação, dizendo não acreditar que aquilo (denúncia) iria para frente.

Eu estava cursando a disciplina FE quando sofri o caso de racismo por parte da minha colega de curso. Quando denunciei ao coordenador de curso e o professor responsável pela turma, não houve acolhimento e ou qualquer amparo psicológico e moral pelas partes, embora eu já tivesse avisado que havia feito um boletim de ocorrência da situação junto a Polícia Civil e a Guarda universitária da instituição, para que a coordenação e a instituição não fosse pegadas de surpresa, mas fui assediada e ridiculizada pelo coordenador, não dando atenção ao ocorrido.

Após a denúncia e a propagação do ocorrido pelo departamento, o teor das aulas sempre ou quase sempre desandava, e eu de forma vexatória direta ou indiretamente estava sendo atravessada pelas falas dos professores. As piadas ganhavam outro tom. Ninguém nunca tinha me convidado pra conversar após a aula e depois da denúncia do caso de racismo e assédio por parte do coordenador de curso, aquelas conversas tornaram-se recorrentes.

A coordenação questionou minha publicação em uma de minhas redes sociais, dizendo que estava estranhando meu jeito e coisas que eu estava dizendo por aí. Segundo

ele, “eu era uma pretinha bonitinha, feliz, risonha, que sabia o quão amada eu era por parte da equipe dele e que não devia me preocupar com estas coisas bobas [...], Preto era cor de lápis de cor e não quem eu era. Eu devia parar de levar tudo a ferro e fogo, pois daquele jeito não daria muito certo”.

Quando a polícia foi até a universidade entregar a intimação, eu estava na sala de aula, assistindo a disciplina FE. O coordenador estava dando aula no ginásio do departamento, quando foi procurado pela minha colega de curso, afim de resolver aquela situação comigo, pois isso poderia acabar com o futuro dela. Segundo relatos, após ele haver dito que “Ele resolveria isso rápido, pois sabia como lidar comigo”.

Coincidentalmente fui procurá-lo na coordenação, pois precisava de um material acadêmico que ele enquanto professor lecionava, ele estava chegando no departamento quando o encontrei. Ele disse que queria conversar comigo na sala dele. Entrei, como de costume. Mas enquanto me acomodava na cadeira, ele saiu da sala e chamou Artrides (a racista) e Jessica (sua colega), me pus de pé afim de sair da sala e ele mandou eu me sentar “aqui é militarismo, tá lembrada?” (em tom de deboche).

Após Setembro de 2014, mês e ano do episódio de racismo, “desconstruí a ideia de que a universidade é um local distinto, superior e privilegiado em relação às mazelas que ocorrem na sociedade” como salienta (Brito; Costa, 2017).

Dias depois da exposição do caso para a comunidade acadêmica universitária, o departamento de DEFD amanheceu coberto pelas siglas R.N.P (RACISTAS NÃO PASSARÃO). Eu não fazia ideia do que significava aquelas iniciais, eu não entendia de verdade, mas todos em minha volta acreditavam que eu sabia e estava ciente do ocorrido. Do corpo docente ao corpo discente, quase todos me acusavam de ser conivente de uma ação de exposição do curso.

A institucionalização dos inúmeros e multifacetados assédios que recebi estão inteiramente interligados com as relações sociais e históricas de gênero e raça que movimentam nossa sociedade. Não é que há uma sobreposição dos fenômenos apresentados, mas sim uma intersecção deles.

A violência contra a mulher constitui-se em fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológica, moral e física. Suas manifestações são maneiras de estabelecer uma relação de submissão ou de poder, implicando sempre em situações de medo,

isolamento, dependência e intimidação para a mulher. É considerada como uma ação que envolve o uso da força real ou simbólica, por parte de alguém, com a finalidade de submeter o corpo e a mente à vontade e a liberdade de outrem (BANDEIRA, 2014, p. 460).

No ano em questão, o departamento de educação física era majoritariamente masculino, de um corpo docente de 13 docentes: 11 eram homens e majoritariamente brancos, defensores dos valores tradicionais, casados e 2 mulheres. Destes 11 homens, apenas 2 eram negros e das mulheres 1 branca e 1 não branca (ela nunca se autodeclarou). Em 2015, o corpo docente recebeu para o magistério, duas professoras.

A professora Jandira era conhecida como boazinha, por estar sempre mediando os conflitos do departamento. Sua disciplina oferecia um passeio para a prática esportiva, como eu estava cursando a disciplina no semestre, fiz a viagem. Jandira me convidou para sentar-se ao seu lado, afim de conversarmos sobre os últimos acontecimentos do departamento, especificamente a pichação.

Novamente fui questionada sobre o ocorrido com Artrides, contei detalhadamente sobre o caso, sobre a experiência em ter sido coagida pelo coordenador e agora pelos professores. Contei que sempre estive aberta para conversar, mas todos haviam assumido um papel de negação em relação a minha pessoa e o quão triste aquilo estava sendo. Ela alegou que o coordenador fez o que fez nas melhores das intenções, que eu já estava acostumada por conhecê-lo, mas que ela queria dar um jeito naquilo.

Me pediu uma chance de reverter a situação. Me pediu um encontro com ela na mediação, para uma conversa de paz, entre eu e o coordenador. Aceitei, Embora tivesse o direito de não mais conversar com ele, queria provar para ela que ele errou, eu não estava fazendo causo, como todos estavam dizendo. Ele havia sido racista comigo, com a minha mãe, e caso ele não se retratasse, não iria retirar o processo.

Assim como eles, eu também não sabia o que significava “R.N.P”, e que sentia medo deles continuarem achando que eu tinha alguma coisa a ver com os pichos.

A conversa aconteceu após a aula da professora Jandira. Na sala ao lado do laboratório de informática. Ela nos colocou frente a frente, como um espelho, sentou-se distante e disse que daria um tempo para conversarmos. Perguntei o que ele queria dizer, ele disse que não tinha entendido o motivo eu levar aquela “gente (membros do núcleo universitário negro - NUN)” na conversa no período da tarde, já que estávamos entre amigos. Fiquei em silêncio, ele se irritou, me perguntou se eu queria alguma coisa ou falar algo.

O questioneiei o porquê de falar da minha mãe naquela conversa que não cabia o nome dela ali. Ele disse que: “não era mentira, que entendia que minha mãe influenciaria na minha decisão, devido sua vida sofrida e por não entender o nível intelectual de nossa conversa” – após ele repetir a frase, pedi para que a conversa fosse encerrada, que não tínhamos mais o eu conversar ali. A professora ainda pediu que nos abraçássemos e assim o fiz para novamente ter o direito concedido de ir embora.

Afirmei a ela e ele que, só iríamos pôr um fim naquela situação com uma carta de reparação emitida por ele enquanto docente e pelo departamento de educação física, reconhecendo os atos racistas nos quais fui submetida e um pedido de desculpas público para minha mãe, nada além disso. Com toda certeza isso nunca aconteceu.

Episódios de assédio tornaram-se corriqueiros no departamento. Os professores mais ousados, sentiam-se no direito de ridicularizar a situação publicamente, de expor na sala de aula fragmentos de falas que foram mencionadas nas conversas com o coordenador em Outubro junto a Artrides e Jessica, ou na sala junto a mediação de professora Jandira. Fora a encenação de situações que haviam ocorriam.

O professor Jean apelou para religião, a emoção e o sonho de ascensão social, que segundo ele, só aconteceria se eu perdoasse e retirasse a queixa. Ele começou me contando sua história de vida, em seguida questionou se eu não tinha coração, como eu conseguia dormir com tanto rancor, tanto ódio e que isso só atingia a eu mesma. E, que se eu quisesse chegar ali (neste momento ele me mostrou umas fotos dele e da família no Copacabana Palace), eu deveria ser mais leve, teria que ser mais relevante com as coisas e não sair processando todo mundo. Sorri, acenei com a cabeça, disse que eu tinha perdoado todas as partes envolvidas, mas que o processo continuaria.

O professor Samuel, o professor de AH<sup>2</sup> e FE, gritou na turma que estava extremamente decepcionado comigo, que não esperava uma atitude daquelas de minha parte. Ele começou a ficar mais áspero quando precisava me responder perguntas e grosseiro na forma como se relacionava a mim. Episódios de questionamentos como “dizem que mulheres negras são quentes na cama, é verdade isso, Juliana?”.

O professor Ravi, começou a me ignorar e fingir que eu não existia, mesmo quando eu era a única pessoa com quem ele tivesse que falar. O mesmo gentilmente me convidou a me retirar do laboratório dele e de uma outra professora, respeitosamente aceitei o pedido. O mesmo disse que nunca aceitaria uma conversa comigo ou quem mais o fosse, uma vez que o colocaria em risco, dado a situação. Que o episódio de mediação do coordenador foi de tentar amenizar a situação e não piorar, eu havia entendido errado e

deveria rever minha atitude.

Não perdendo a oportunidade, me convidou para uma conversa, dizendo que jamais teria conversado comigo e meus amigos, como o Firmino fez na parte da tarde, a atitude do Firmino foi errada em aceitar aquilo. Tinha que ser só eu, as meninas e ele. Disse também que eu precisava ser mais forte, que ele também havia sofrido muito até ali, e que nunca tinha tido uma atitude como a minha, que eu estava errada.

O professor Marcio dizia nas aulas dele que não podia falar mais nada que tudo era processo, que a educação física estava ficando estranha.

O professor Delino sempre que podia gritava comigo. Em uma aula, segurando meus braços, disse que

“eu estava precisando da pegada de um homem de verdade, que eu nunca deveria ter conseguido um, por isso tinha feito aquilo. Respondi que possivelmente eu deveria sim receber a pegada de um homem, mas que naquele caso não era ele e pedi que ele soltasse meu braço”.

Em outro momento, quando questionei a nota com ele, pois havia feito uma prova em dupla que ele mandou e minha nota estava inferior à da colega, ele mandou eu o processar, já que estava fazendo aquilo com todo mundo e tinha escolhido viver assim.

Na disciplina com a professora Fernanda, esposa do coordenador, que entrou após o episódio de racismo. Fiz a disciplina de PSEF, na qual ela lecionava. A mesma me deu uma nota inferior em relação a colega, embora eu e minha colega tivéssemos feito uma prova em dupla.

Embora soubesse que eu tinha tirado uma nota além da média, isso não seria o suficiente. Fui até a coordenação de curso, o professor Firmino, o questionei se haveria necessidade expor à comissão de sindicância sobre o ocorrido na disciplina em questão?

A prova e o resultado dela era em dupla, não fazia sentido eu tirar 8,5 a menos que minha companheira de prova. Após a conversa com a coordenação e mostrar-me segura em expor novamente à sindicância o que estava havendo no departamento, segundo ele, haveria um conversa para com a professora e tudo se resolveria. Não fiquei com 10, mas ainda assim, a nota amentou a ponto de não necessitar fazer uma recuperação.

O único que se manteve calado foi o professor Richard. Sem conversas, sem risadinhas, sem piadas, apenas a ética profissional e o silêncio sobre o assunto.

Professor Filipe, lecionava FT<sup>1</sup>, um dia me encontrou no ponto de ônibus e mandou eu entrar no carro dele, pois ele queria conversar comigo. Eu disse que tinha horário e

não dava pra conversar no carro dele naquele momento, mas ele ameaçou me reprovar na disciplina, então entrei no carro, mandei um SMS pra minha mãe e contei com quem estava, disse o nome dele e a marca do carro, que não conseguiria chegar para encontrar ela e minha avó para o culto.

Duas colegas de minhas turma da graduação também foram surpreendidas com o pedido. Ele nos levou até um posto de gasolina perto da universidade para tomarmos sorvete, mas eu recusei. Elas tomaram. Depois ele as dispensou e só eu fiquei, pois não tínhamos conversado da forma dele. Comigo no banco da frente, ele deu voltas pelo centro de Seropédica, em quase todos os barzinhos conhecidos por ele, apresentando-me como a menina que processou o coordenador de curso com uma coisa boba.

Após uma enxurrada de ofensas, dizendo que eu era arrogante, eu iria estragar minha vida sendo assim, que eu estava errada, que eu era uma pessoa que ele gostava, mas que não podia contar comigo, que eu não sabia o meu lugar. Eu sabia que a nossa conversa não chegaria a lugar algum, então pedi a ele uma chance de mudar, se ele estava disposto a me ajudar.

Disse que seria um prazer ser orientada por ele na vida acadêmica e para toda vida. Que ele era um exemplo. Que eu estava confundindo as coisas, mas que iria melhorar. Depois de mais de duas horas ele me deixou no centro de Seropédica, mas devido o horário não conseguiria voltar pra casa.

O mesmo professor numa outra ocasião, enquanto eu passava no corredor, ele estava bebendo com uns alunos da educação física, me chamou e eu fingi não ouvir, acho que ele percebeu e logo em seguida me xingou de *vagabunda*, eu olhei pra ele, parei e depois prossegui meu caminho.

Relatei todos os episódios ao coordenador de curso e recebi a seguinte resposta: Irei falar com ele. Com certeza falou, pois as aulas que já eram insuportavelmente violenta, conseguiram ficar pior, até rasgar meu trabalho ele rasgou, dizendo que aquilo era um lixo e que eu deveria me envergonhar daquilo.

Os assédios que já eram presentes no cotidiano da sala de aula em tons “jocosos”, agora existiam em sua máxima acidez, sem muitos risos, apenas falas duras e secas, lançadas ao vento.

Faltavam as seguintes disciplinas:  $A^1/A^2/A^3$  e  $A^4$ , M.A, TCC, NT, EFA e NP, mas eu já estava ficando sem forças para lidar com algumas coisas no final do curso. Então, onde eu poderia cursar as quatro disciplinas tranquilamente, dividi por etapas, eu não conseguiria lidar com tanta pressão naquele final, em 2017-1 cursei NT, M.A e  $A^1$ , em

2017-2 cursei A<sup>2</sup>, A<sup>3</sup> e EFA e em 2018-1 cursei o TCC<sup>2</sup> e A4.

NP era apenas uma disciplina que valia conceito e o método do professor era o seguinte: se alguém reprovar, todos reprovam, se um passar, todos passam, tínhamos apenas que apresentar um trabalho para o grupo de estudos dele, mas quem daria a nota final, seria ele. Fizemos todo o procedimento, apresentamos e fui a única do grupo que recebi o conceito *não aprovada*, eu não falei nada, pois além de serem os meus amigos que estavam no grupos, os três eram concluintes e não podiam reprovar. Então, novamente apenas pedi um feedback, a resposta foi a mesma das anteriores, eu não havia me apropriado do conteúdo, mas que eu iria bem na próxima vez, eu não podia desistir, eu era uma mulher forte.

O professor de AH<sup>2</sup>, também era o professor que lecionava a disciplina M.A. Um dia desafiou toda uma turma para conseguir tirar minhas medidas corporais, quem conseguisse ganharia 1 ponto na média. O argumento era que eu gorda, mas não era flácida, eu era toda durinha e que era um caso diferente, que eu tinha os meus músculos corporais hipertrofiados.

Quando chegou o dia da prova, ele estava corrigindo na hora, pedi que ele fizesse o mesmo por mim, após todo o suspense, me chamou na mesa e disse que era para eu dormir em paz, pois ele estava feliz e queria que eu passasse. Definitivamente, eu havia sido aprovada na disciplina, que não era para eu enfartar de alegria, que tinha acabado aquele pesadelo, pois eu estava com fé.

Em seguida fui fazer a prova de NT, com ele mesmo. Ele fez a mesma cena, me chamou na mesa e disse que eu estava livre, que já podia dormir em paz e que ele colocaria o conceito final no decorrer do dia. Ele só colocou o conceito na manhã seguinte, mas eu dormi tranquila depois de tempos, o ciclo maldito como ele intitulava as disciplinas dele, havia acabado para mim.

E, ao acordar, quando abri o quiosque do aluno, levei um susto, eu estava reprovada na disciplina, me aprontei e fui até o departamento atrás dele, chegando lá ele estava à minha espera, disse que estava brincando comigo, que foi um errinho bobo e consertaria até o horário do almoço, que era para eu ficar em paz, pois ele queria que eu passasse e que agora eu iria formar.

Um outro episódio foi com a primeira comissão de averiguação do caso de racismo. Ao ser ter sido questionada pelo professor presidente da banca, se eu queria o dinheiro do professor Ruffino ou de Artrides, pois se eu tinha alguma pretensão, que eu deveria colocar meu cavalinho fora da chuva, pois aquele caso não daria em nada, devido ao

tempo tomado tanto pela instituição, quanto ao processo civil.

Foi através de uma servidora da PROAES (Pró Reitoria de Assuntos Estudantis), que o assédio por parte do presidente da sindicância não durou muito tempo. Ela forjou estar passando mal e me olhava fixamente como se quisesse estar passando alguma mensagem, eu a entendi, apenas concordei que não deveríamos dar prosseguimento aquela reunião, pois ela não estava se sentindo bem. Em seguida, ela me pediu desculpas e me orientou a pedir a mudança da comissão de sindicância, pois aquele professor novamente estava me violentando.

A performance do assédio moral, tende a ser “com pouca intensidade, como algo inofensivo, pois as pessoas tendem a relevar os ataques, levando-os na brincadeira; depois, propaga-se com força e a vítima passa a ser alvo de um maior número de humilhações e de brincadeiras de mau-gosto” segundo (HELOANI, 2004).

Embora, eu acredite, que parte do corpo discente estivesse consciente dos ocorridos em nossa formação, compreendo dos muitos medos que cercava parte de nós enquanto alunos. Sabíamos o quão violentas eram as ações de quem se rebelava em denunciar as práticas machistas, homofóbicas, classistas, racistas, xenófobas de alguns de nossos professores. Parte do corpo discente e docente era tomado por uma cegueira seletiva

Éramos conscientes de que algumas reprovações não tinha explicação hábil, mas poucos erguiam a voz ou os punhos, por medo ou covardia. Rir das inúteis piadas, era uma forma de sobrevivência ao processo degradante nos quais estávamos enfrentando, um ciclo de assédio que quem vencida era quem tinha o poder da caneta.

Situações vexatórias eram constantes em sala de aula. Não apenas comigo, mas com todos aqueles nos quais alguns dos professores entendiam que faziam “perguntas idiotas, trocavam o significado das palavras ou as confundiam, seja quando passavam por alguma situação constrangedora que necessitava de uma intervenção ou apenas de acolhimento pelas partes ou quando contavam uma história que deveria ser guardada por eles e compartilhavam com as turmas seguintes, que conseqüentemente acabaria sendo compartilhada coletivamente pelos estudantes.

Segundo Margarida Barreto (2000) o assédio moral ou a violência moral no trabalho, podem ser compreendidos como “a exposição de trabalhadores em situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes durante o exercício de sua função [...], caracterizando uma atitude desumana, violenta e antiética nas relações...”.

Freitas (2000) salienta que “O assédio torna-se possível porque ele é precedido de uma desqualificação da vítima, que é aceita em silêncio ou endossada pelo grupo. A

desqualificação e a banalização tornaram-se grandes companheiras neste processo de enfrentamento dos assédios por parte dos colegas de curso e professores.

Enfrentá-los era como ir à guerra sem munição, apenas com o peito aberto para ser bombardeada pelas munições alheias, no entanto, quando o mundo físico não dá conta de explicar certas situações, o mundo espiritual entra em ação. A espiritualidade na qual estou conectada foi meu socorro nas horas de angústia e minha terra firme quando o chão abriu e foi com ela que consegui dar conta da vida acadêmica e de tudo que me aconteceu na universidade.

O conceito de interseccionalidade foi cunhado pela feminista negra norte americana kimberléCrenshaw, afim de demonstrar que algumas violências e suas manifestações, não se sobrepõe ou há algum tipo de hierarquia, mas sim, um a confluência entre elas. Segundo Crenshaw:

“A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p.177).

Crenshaw (2002) salienta que interseccionalidade é a confluência de eixos sociais partidos do mesmo ponto, que não se sobressaem, mas que convergem em um único ponto de interação entre eles. Nos relatos acima, sexismo, assédio sexual e moral interagem mutuamente, sem que haja uma sobreposição, no entanto, os episódios em questão oscilam entre as relações desiguais de poder, mas como “pano de fundo” a raça e o racismo.

## Racismo na Universidade

Era uma quinta feira, por voltas de 16:20, eu era ouvinte na disciplina HNDBL. Eu queria ser monitora da disciplina e como minha turma da graduação estava cursando a disciplina no semestre e eu era atleta da universidade, decidi unir o útil ao agradável. Pedindo autorização ao professor para assistir e cursar a disciplina com a turma quinzenalmente.

Iniciei o jogo no gol, apenas para fazer número e depois fui para a linha de jogo, no entanto, minha única função era distribuir a bola. Caso houvesse possibilidade de marcar um gol, meu dever era passar a bola ou caso não conseguisse, marcaria o gol, mas não poderia ser contabilizado como ponto.

Tive uma oportunidade de fazer um gol, não perdi tempo e fiz, mas não contabilizou, pois eu estava apenas ajudando a turma. Quando o jogo feminino terminou, eu cheguei a jogar com os meninos, mas depois saí para descansar e foi onde que o professor pediu para eu apitar a partida, pois ele iria jogar.

As meninas que tinham acabado de jogar, estavam sentada ao longo da quadra da praça de esportes, distribuídas por seus grupos, inclusive eu, antes de ser convidada pelo professor para apitar o jogo.

Quando comecei apitar o jogo, ao passar pela quadra, uma menina do time adversário disse a seguinte frase *“Porra, Preto é foda. Nunca teve oportunidade na vida e quando tem faz merda”*. Eu sabia que ela estava falando para mim e estava se referindo a mim, mas deixei passar. Sabia porque ela havia me questionado anteriormente sobre o gol que eu havia feito, mas que não tinha sido contabilizado.

A primeira vez, fingi não ter ouvido, mas ela tornou a repetir por mais 2 vezes a mesma frase. Foi quando eu respondi: “Cristine, Silviana e Beth” vocês estão fazendo piadinha racista, vocês estão passando dos limites e peço que parem com isso, porque isso dá processo”, elas riram. Beth disse que era negra e tinha nariz achatado, igual o meu, que os pais dela eram pretos e seu namorado também. Eu me retirei e quando retornei à altura de espaço em que e as colegas estavam Beth disse: “Tinha que ser coisa de Preto”.

Neste instante fui repreendida pela minha amiga de turma, Amanda, dizendo que ela não podia me dar 1 minuto de descuido que eu já caia na lúbia das meninas, mas eu respondi que estava somente pedindo para que elas parassem de fazer e falar aquilo. Uma colega de turma se posicionou contra aquela atitude e se retirou de perto das meninas, pois estavam passando dos limites.

No fim de aula chamei o professor Afonsoe disse: Professor, me perdoe por este acontecimento, não queria causar transtorno, mas não quero continuar nas suas aulas por causa do que aconteceu. Ele disse que eu poderia continuar a frequentar as aulas dele, pois ele era quem mandava na turma e se ele me permitiu ninguém tinha nada a ver com isso.

As meninas da minha turma, que viram o ocorrido, perceberam que no final da aula eu já não mais dava conta e estava muito abalada psicologicamente e foram chamar o professor para conversar e contar o que havia acontecido, mas ele não se posicionou posteriormente a isso, foi embora. Naquele momento, apenas as colegas de turma me ampararam e se posicionaram contra e a favor de um possível testemunho caso eu precisasse e decidisse abrir um boletim de ocorrência contra elas.

Na hora eu estava nervosa e me retirei da quadra, fui me trocar para ir treinar futsal. Quando estava me arrumando Beth e Silvaname cercou querendo vir falar comigo, mas pedi que ela me respeitasse, pois eu não estava em condições de ouvir a voz dela e muito menos falar com ela, me retirei e fui treinar futsal feminino. Posterior a isso, durante o treinamento comecei a chorar e me sentir mal, chamei a Grazyela, minha colega de quarto de alojamento.

Cheguei no quarto e contei para as meninas que moravam comigo, conversamos sobre a ideia de entrar com um processo contra a Beth e todas envolvidas. Eu disse eu iria pensar melhor com a minha família em casa, conversei e retornei pra Seropédica com medo de perder o prazo de validade, com isso no sábado por volta das 21:45 fui à 48ª Delegacia de Polícia e fiz um R.O. (Boletim de Ocorrência) com a companhia de uma amiga Diana.

Na segunda pela manhã, procurei meu coordenador de curso, professor Firmino que até então era meu “amigo pessoal” e relatei o ocorrido. No decorrer da conversa ele disse que eu deveria pensar bem, ter uma reflexão... Já que este assunto era muito sério, daí ele fez uma ilustração de: Se tivesse um trabalho que estivesse precisando de pessoas para o cargo, ele pensaria duas vezes em me indicar, já que eu seria conhecida como problemática, que processa todo mundo que me ofendesse, dizendo que ficaria difícil, mas que segundo ele, não estava de forma alguma recriminando minha atitude.

Das poucas palavras, houve apenas uns questionamentos acerca de uma postagem em que fiz nas minhas redes sociais, onde questionava: “Na sociedade em que vivemos, é impossível você ser negro e ter o respeito dos brancos. Se tenho cabelo baixo, estou errada. Se tenho cabelo alto, me chamam de samambaia, macarrão, super choque e

capacete. Se sou negra, gorda e pobre, aí acabou pro cidadão. Brancos, o que vocês querem de nós?”

Segundo ele, eu era uma pretinha do sorriso lindo, que eu deveria ser mais leve, não ligar para estas coisas, pois não seria a primeira e nem a última vez que eu passaria por isso, que eu deveria conversar com Ravi, o único professor negro do departamento. Para saber como ele lidou com isso na vida, sem precisar processar as pessoas e ainda vencer na vida. Disse que não sabia se poderia me chamar de pretinha, morena, já que eu estava tendo aquela atitude. Na verdade, ele não acreditou e não levou a sério nada do que eu havia dito a ele.

Passado o tempo, na segunda feira do dia 20/10/2014 eu procurei Firminoem sua sala, mas ele estava retornando de uma aula e pedi que o mesmo me disponibilizasse o seu material de história da educação física para que eu pudesse fazer um trabalho com um outro professor, o mesmo disse que me cederia este material, se eu falasse com ele. Neste momento eu o indaguei o motivo da conversa, ele me convidou a sentar na cadeira e logo após buscou a Bethe uma amiga dela que veio também como mediadora da situação. Eu novamente o indaguei, ele me respondeu: ***“Senta aí Porra, aqui é militarismo tá lembrada? Rs”*** (Que corresponde a fase em que a educação física passou).

Sentei e os ouvi. Ele iniciou dizendo que havia acontecido uma coisa muito grave contra Beth, ela havia recebido uma intimação da polícia e que a mesma não tinha condições de arcar com os custos de um advogado, e que ela havia passado em um concurso público, que sua mãe estava desesperada com essa situação, uma vez dita pela autora que a sua família era “negra” e que não tinha cabimento daquilo estar acontecendo com ela.

Daí eu perguntei ao professor sobre qual seria a minha condição frente aquela situação. Ele disse que eu deveria ser forte na vida, porquê das porradas que eu tomaria na vida seriam muito maiores, disse também que não havia preconceito na academia dele (onde eu ia prestar uns serviços, na maioria das vezes sem receber), que todos me adoravam e me respeitavam. Assim que ele terminou de falar da academia dele, eu disse que das coisas que aconteciam comigo, eu não falava por consideração a ele.

Ele pediu para eu retirar o processo em nome da nossa amizade, fez uma retrospectiva da minha vida acadêmica disse que eu evoluí e que poderia evoluir mais. Não desistindo, pediu pelo nome da filha dele (uma criança de 2 anos – na época). Falou também sobre minhas postagens no facebook, já que eu postava tanta coisa sobre quimbanda, umbanda, macumba ou igreja, dizendo “sei lá que religião você é”, mas que

eu precisava ter o coração mais flexível, que eu precisava perdoar.

Disse também que eu ao chegar aos meus (25-30 anos) seria uma pessoa toda cheia de rancor e com o rosto todo marcado por rugas já que eu tinha um escudo no peito que eu guardava a sete chaves. Foi quando eu o interrompi e disse: ***“Professor, o senhor está muito enganado, sou uma pessoa muito feliz, se não fosse a alegria que carrego no peito eu já teria desistido, mas é ela que me faz prosseguir”***. Ele riu, disse que assim ficaria difícil de arrumar emprego pra mim, pois em nossa profissão era feita de rede de trabalho e com este acontecimento eu poderia colocar a prova o seu nome, já que ele poderia me indicar para futuros trabalhos.

Pedi um tempo pra pensar, mas que antes de tomar qualquer decisão precisava falar com minha mãe, neste momento ele disse: ***“Antes de qualquer coisa, deixa eu te fazer uma pergunta: Ju, sua mãe tem nível superior?”*** Eu muito desestabilizada ri de nervoso e o respondi: ***“Professor o senhor deve estar fazendo alguma piada, né? Alguma brincadeira, alguma sacanagem. Só pode! Para estar me fazendo está pergunta, olha bem pra mim e comecei a chorar.”***

Ele disse: ***“Não, Só estou perguntando isso para saber, já que sua mãe não tem nível superior, ela não entenderia o nível intelectual da nossa conversa.”*** Ele viu que me aborreceu, já que eu comecei a chorar e ele e a Beth vieram me abraçar. Caroline, amiga de Beth saiu e foi buscar água. Pedi que eles me largassem e retirassem as mãos de mim. Beth saiu, porém ele permaneceu me abraçando.

A Caroline pediu para que eu retirasse a queixa contra Beth, pois isso poderia destruir a vida dela, já que o nome dela ficaria “sujo” por resto da vida. No término da fala pedi pra ter um tempo, que eu estava com fome e que não estava me sentindo bem (comecei a sentir muita dor na cabeça), e assim nós fizemos.

Demos uma pausa para o almoço e teríamos um tempo de 1h de intervalo para que eu pensasse. Fui almoçar e procurei as pessoas que estavam sabendo do assunto **Inês, Grazyela e Daniel** sobre o que havia acontecido pela manhã no departamento de Educação Física e que eu precisava dar uma resposta para o professora na parte da tarde. Eles conversaram comigo e se propuseram a ir comigo até o departamento dar a resposta.

Ao chegarmos lá, fui ao encontro do coordenador dizer que eu já sabia o que fazer, mas que meus amigos deviam participar da reunião comigo, pois sozinha eu não entraria na sala. Ele se negou a atender, disse que não falaria com ninguém, somente com as partes envolvidas, mesmo assim insistimos e eles conseguiram participar.

Grazyela e Inês iniciaram suas falas pontuando que a conversa pela manhã foi

totalmente arbitrária, desrespeitosa e o que havia acontecido mais cedo era intimidação e assédio por parte dele enquanto coordenador e professor. Pois quando o procurei antes da intimação chegar, nem naquele momento eu havia recebido o acolhimento por ele e nem ninguém, mas que a outra parte quando responsabilizada judicialmente havia sido acolhida.

Informamos a todos presentes na sala que por motivo de manter minha integridade moral e meus direitos que iríamos gravar a reunião, e foi concedida por ambas as partes. Iniciei a fala dizendo que eu não abriria mão do processo e esperava que o professor compreendesse a minha atitude. Manteria as duas denúncias.

Caroline começou a justificar dizendo que não havia feito a reunião com a intenção de coagir ninguém e sim para que eu refletisse sobre minha atitude precipitada em processar uma colega de curso.

Beth falou que não era a intenção dela me fazer mal, e sim que o que ela falou, falou em uma roda de amigos no calor do momento, que ela também já teve um namorado negro que lutou muito por ele, que sabia dos preconceitos e das lutas que o negro enfrentava, mas que em momento algum ela queria ser *racista*. Inês a respondeu dizendo: “*Você não queria ser, você foi*”. E, se ela sabia de toda luta do negro na sociedade e também do caso do namorado dela, porque ela não tinha aprendido com essa história.

Chegar à universidade era como ganhar o diamante rosa. Sofrer o episódio de racismo, sexismo e assédios lá era como se tudo o que eu fizesse ao longo da vida, forçar a não errar, fosse posto em cheque, ou melhor, foi como se tudo se quebrasse em milhões de pedacinhos. Como assim não é apenas entrar na universidade? Como assim não era apenas seguir o script do contrato social com a branquitude? Nada mais fazia sentido.

A ficha caiu e foi crucial para compreender que nada que eu fizesse mudaria minha condição, ser uma mulher negra. Eu poderia fazer o que tivesse que ser feito, eu nunca deixaria de ser negra. Eu estaria em constante regulação da branquitude. Não me bastaria apenas não “errar e não ser estatística”, eu continuaria sendo negra. O que eu tinha a fazer era romper o contrato social com a branquitude. Agora, como fazer isso? Me tornando uma mulher negra.

Eu já não tinha como retroceder, eu já tinha caminhado demais. Após tomar remédios para que pudesse dar fim aquela dor e não ter obtido sucesso no procedimento, só me restava continuar, mas não como estava fazendo ao longo dos anos de minha vida. Eu tinha que conhecer e fazer parte daquilo (luta) tudo. Eu precisava entender o que estava me acontecendo.

Tomada por uma crise existencial, eu necessitava entender o que estava acontecendo. Eu precisava saber quem eu era. Se a vida é uma construção, eu sentia que a minha havia se desmoronado, sem qualquer aviso prévio de rachaduras na obra. Eu estava sedenta por explicações, essa é a verdade.

Eu precisava me tornar mulher negra e isso só foi possível com o letramento racial. Isso só aconteceu com a imersão nos estudos de relações étnico raciais, foi como reordenar a rota. Na verdade, foi como desbridar<sup>24</sup> uma ferida e a incisão foi o letramento racial.

Morar no alojamento, com meninas dos mais diversos cursos e raças, proporcionou um ponto fora da cursa neste processo de imersão. Considero um marco para que esse processo de desconstrução fosse efetivado em mim. Algumas meninas já haviam passado pela transição capilar, já conheciam as relações étnico raciais, já estavam inseridas nos movimentos de mulheres e movimentos negros da universidade e sociedade.

As disciplinas de ciências sociais, educação, sociedade e antropologia tornaram-se minhas maiores aliadas neste processo. Minhas amigas que já haviam cursado algo nem que fosse em outro departamento, me indicavam e eu me inscrevia como optativa ou eletiva, em busca de conhecimento e referenciais teóricos. A disciplina educação e relações étnico raciais com o professor Amauri Mendes Pereira era eletiva para o meu currículo, mas decidi cursar, para aprender e me aproximar da temática.

Depois de tudo que havia acontecia, firmei o compromisso em me tornar uma mulher negra. Reafirmar minha negritude e os movimentos que me formam tornaram-se meus maiores compromissos individuais e coletivos. Com este pacto, decidi passar pela transição capilar e assumir meu cabelo crespo sem uso de química. O que para muitos foi uma loucura, pois fiz o grande corte depois de alcançar um tamanho e volume que por anos passei desejando.

Cortar o cabelo e tornar-me novamente o Joãozinho da educação infantil foi novamente experimentar ouvir falar, sentir dores e me remeter a lugares que esperava não mais me remeter. No entanto, eu estar naquele lugar, significava um percurso para chegar a outro patamar. Nunca antes alcançado, nunca antes experimentado, apenas visto. Eu estava decidida a chegar lá.

Minha família embora eu falasse, não compreendia e muito menos aceitava. Tínhamos constantes encontros exaustivos por conta de minha decisão, até que

---

<sup>24</sup>**Desbridar:** Retirar a necrose, o tecido morto de uma ferida; desbridar: desbridar um ferimento

chegou um momento em que eles só aceitaram que não havia mais volta, então os enfrentamentos deram espaços para as piadas ou elogios às muitas tranças feitas. Depois de três anos cedi e utilizei uma química, meses depois fiz novamente o grande corte e estou há cinco sem utilizar química alguma.

Eu sabia quem eu gostaria de alcançar e onde queria chegar ao não utilizar química em meus cabelos. Eu tinha 8 primas que estavam saindo da infância e caminhando para a adolescência. Eu já conhecia este percurso, eu sabia o quão custoso era estar nestes anos e ser menina negra retinta e com os cabelos alisados com o couro cabeludo todo machucado afim de buscar aceitação social e de seus pares para estar inserida em determinado ambiente.

Desconstruir a frase “para ficar bonita tem que sofrer” foi remédio para o meu couro cabeludo e colírio para os meus olhos. Ainda que houvesse sofrimento, sempre faltava algo. Então, nada do que eu fizesse se tornaria suficiente para chegar ao padrão de beleza, social e cultural que diziam ser necessário chegar. Me encontrar foi um exercício difícil: 1) descobrir quem de fato eu era; 2) amar meu corpo e respeitá-lo e 3) amar meu cabelo.

O ato de tornar-se mulher negra, estava intimamente relacionado ao processo de reflexão sobre como o corpo é “construído biologicamente e simbolicamente na cultura e na história” como elucida (Gomes, 2002).

No campo da dimensão simbólica, eu sabia o que isso representaria para as crianças da minha casa e para os espaços presentes e futuros nos quais eu ocupasse. Em relação às crianças, eu desejava que elas se amassem, amassem seus cabelos, amassem sua pele, respeitassem seus corpos, pudessem dar nomes aos processos e fenômenos sociais nos quais elas estavam inseridas ou fossem submetidas, eu ansiava que elas soubessem mais.

O corpo fala a respeito do nosso estar no mundo, pois a nossa localização na sociedade dá-se pela sua mediação no espaço e no tempo. Estamos diante de uma realidade dupla e dialética: ao mesmo tempo que é natural, o corpo é também simbólico. Ele pode ser a “referência revolucionária da universalidade do homem no contraponto crítico e contestador à coisificação da pessoa e à exploração do homem pelo homem na mediação das coisas” (Gomes; Martins 2002; 1999)

Ansiava por uma construção de identidade racial e social que não fosse tardia, como havia ocorrido comigo. O anseio para um processo afetivo de encontro consigo mesma,

rompendo com a lógica eurocêntrica, branca e colonial que ainda conforma e performa em nossa sociedade.

## Conclusão

Sucumbir não era uma opção. Eu tinha muita gente que já havia investido tempo, energia, dinheiro e apostado em mim, seja para o bem ou para mal. Porém mais do que isso, eu só tinha me apegado a uma promessa, de que os estudos me levaria a lugares que por mim só, jamais conseguiria chegar. Ele me abriria portas, me permitindo viver e não sobreviver. A que custo? Não sei te dizer.

Nos momentos de desespero com as disciplinas, eu tinha minha mãe e avó que não sabiam o que fazer no campo físico, mas que me cobriam em oração e me encorajavam e que mesmo eu chorando em meio a uma das refeições, palavras de ânimo e injeções espirituais eram dadas. Coragem fora criada para encarar mais uma semana na universidade, sem dizer dos conflitos e tensões/humilhações que estavam ocorrendo ali.

Algumas fichas me foram creditadas. Seja as de validade que não daria conta de estar ali, seja de que eu deveria continuar ali, porque eu precisava percorrer aquele caminho, afim de iniciar um novo ciclo de minha família através dos estudos, desistir não era mais possível. Meu retrocesso atravessaria uma história inteira.

Enfrentar o racismo, sexismo, machismo e discriminações na universidade foi desbridar um tecido já machucado, mas que precisava ser tratado e curado. Ao longo do processo de formação, mais do que aprender a dar aulas de educação física no ambiente escolar, aprendi sobre dar nomes aos processos que nos atravessam no cotidiano social.

Mais do que aprender as regras de quaisquer modalidades esportivas, aprendi acerca do que é torna-se professor, que é muito diferente de chegar em sala de aula e despejar no quadro o conteúdo programático. E, foi no PIBID que entendi e aprendi que por vezes não conseguirei falar de handebol e futebol, mas sim serei convidada a repensar minhas práticas docentes para falar acerca do que move e atravessa aos meus alunos e está tudo bem com isso.

Dar continuidade aos meus estudos sempre foi meu maior sonho, mas não sabia como fazer. Não estar diretamente inserida às estatísticas nas quais sempre me anunciaram que eu estaria, talvez intrinsecamente fosse meu maior dilema, mas coletivamente rompi, na verdade, rompemos.

Foi me inserindo com “aquela gente de cabelo pro alto” que aprendi o significado de erguer a voz. Que sozinha ando bem, mas coletivamente ando bem melhor. Que sozinha faço barulho, mas que coletivamente, podemos reescrever a história.

Reescrevo hoje a história autoetnograficamente. Não sendo descrita por outro, mas

narrando, descrevendo e refletindo sobre parte de minha jornada percorrida ora sozinha, ora coletivamente.

Retomo, a autoetnografia não é sobre darmos respostas prontas e muito menos responder as metodologias já inseridas na história das ciências, a autoetnografia é a oportunidade de uma nova leitura e escrita do mundo, não como objeto ou ser a ser pesquisado, mas sim como donos de sua própria histórias, capazes de nomear e dar sentido, voz ao que necessita ser dito, sentido e descrito. A autoetnografia deve ser compreendida não como a salvação da metodologia científica, mas o caminho para uma melhor compreensão de fazer ciência.

Tornar-se mulher negra, se deu a partir do reconhecimento da beleza que historicamente nos fora tirada, foi humanizar o meu corpo neste plano físico e espiritual, foi conhecer e reconhecer na história a minha história e me enxergar em muitas outras, desconstruir a ideia de racismo individual e que a culpa disso (o racismo) ter acontecido ter sido minha ou das minhas ações.

Tornar-se mulher negra, é compromissar-se com a luta antirracista e coletivamente reescrever as linhas da história.

Até que para uma pessoa como eu, que fui considerada uma cadelinha na chuva pedindo abrigo, consegui sobreviver bem aos dias chuvosos. Cachorros sem donos e que vivem nas ruas em período de constante chuva costumam não sobreviver as fortes tempestades ou acabam por tornar-se verdadeiros heróis de si mesmos. Coletivamente, me virei bem.

## REFERÊNCIAS

- Bandeira, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado* [online]. 2014, v. 29, n. 2 [Acessado 17 Abril 2022], pp. 449-469. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>>. Epub 17 Set 2014. ISSN 1980-5462. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>.
- Barreto, Margarida Maria Silveiro. Uma jornada de humilhações. 2000. 273f. Dissertação (mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.
- Barros, Zelinda. (2005). Escola, racismo e violência. Acessado em: 20 jun de 2021. BRANQUEAMENTO E BRANQUITUDE NO BRASIL In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / IrayCarone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58).
- BRITO, M. P. B. ;Fafate Costa . Primavera Ruralina: o protagonismo do Me Avisa Quando Chegar e a (comunic)ação do Rural Semanal.. In: XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2018, Belo Horizonte. 40 Intercom, 2018.
- CAVALLEIRO, Eliane. S. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2003.
- Ellis, C, Adams, T. &Bochner, A. (2015). Autoetnografia: un panorama. *Astrolabio*,14, 249-273. <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/11626>
- ELLIS, C.; ADAMS, T. E.; BOCHNER, AP AUTOETNOGRAFIA: UMA VISÃO GERAL. *Astrolábio*, [S. l.], n. 14, pág. 249–273, 2015. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/11626>. Acesso em: 17 abr. 2020.
- FREITAS, M. E. de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 41, n. 2, p. 8–19, 2001. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37707>. Acesso em: 25 set. 2021.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Luiz Antônio Silva (Org.). **Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos**. Brasília: Anpocs (Ciência Sociais Hoje, 2), 1984, p. 223-244. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29).
- Gomes, NilmaLinoTrajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?. *Revista Brasileira de Educação* [online]. 2002, n. 21 [Acessado 17 Abril 2022] , pp. 40-51. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000300004>>. Epub 12 Dez 2007. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000300004>.
- GUIMARÃES, A. S. A. **Como trabalhar com “raça” em sociologia. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

Heloani R. Assédio moral: um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. *RAEelectron*. [internet]; 2004 jan-jun [acesso em 25 abr 2015]; 3(1): p. 1-8. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n1/v3n1a12.pdf>

HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

Intersectionality-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf

JUNIOR, Diomario da Silva. **Programa Jovem Aprendiz e a Questão Racial no Brasil: Impactos na Vida Escolar e na Vulnerabilidade da Juventude Afrodescendente**. 2019. 100 p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

LAGE, M. L. da C.; SOUZA, E. M. de. DA CABEÇA AOS PÉS: RACISMO E SEXISMO NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo (SP), p. 55–72, 2017. DOI: 10.24857/rgsa.v0i0.1378. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/1378>. Acesso em: 13 set. 2021.

MAGALHÃES, CÉLIA ELISA ALVES DE. Autoetnografia em contexto pedagógico: entrevista e reunião como lócus de investigação. *VEREDAS - REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS*, v. 22, p. 16-33, 2018.

MORAES, Fabiana. *No país do racismo institucional: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE/Fabiana Moraes; Coordenação Assessoria Ministerial de Comunicação Social do MPPE, Grupo de Trabalho sobre Discriminação Racial do MPPE - GT Racismo*. -- Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.

Munanga, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra / KabengeleMunanga – Petrópolis, Rj: Vozes, 1999.*

MUNANGA, MUNANGA, Kabengele (org). *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC, 2005.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Negro e Racismo. In: BEATRIZ NASCIMENTO, QUILOMBOLA E INTELLECTUAL: POSSIBILIDADE NOS DIAS DE DESTRUICÃO. 1a ed. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018b. p. 50–56.

PAMPLONA FILHO, R. Assédio Sexual: questões conceituais. **Revista do CEPEJ**, [S. l.], n. 10, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/CEPEJ/article/view/37530>. Acesso em: 03 ago. 2021.

*Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP,

2000.

PEREIRA, Amauri Mendes. \_\_\_\_\_. (Org) **O poder negro, de Stockely Carmichael**. Editora Nandyala. Belo Horizonte. 2016

PEREIRA, B. P. De escravas a empregadas domésticas – A dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição. In: XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH: 50 anos, São Paulo, 2011.

Queiroz, Delcele & Santos, Carlinda. (2016). AS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS E O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR. Revista da FAEBA- Educação e Contemporaneidade. 25. 10.21879/faeaba2358-0194.v25.n45.2286.

Racismo Estrutural/ Silvio Luiz de Almeida – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais/Coordenação Djamila Ribeiro)

RACISMO NA ESCOLA: um estudo da linguagem racista e de suas implicações no contexto escolar da UEB. Gonçalves Dias de Açailândia – MA. <https://tedeabc.ufma.br/jspui/handle/tede/260>.

Racismo Recreativo / Moreira, Adilson. – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 232 p. (Feminismos Plurais/Coordenação Djamila Ribeiro)

Reed-danahay, Deborah. “Introduction.” In: reed-danahay, Deborah. *Auto/Ethnography: Rewriting the Self and the Social*, New York: Berg, 1997.

SANTIAGO, F. (2014) Meu cabelo é assim...Igualzinho o da bruxa, todo armado! Hierarquização e racialização das crianças pequenininhas negras na educação infantil. 2014. Dissertação. (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, FE- UNICAMP.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Fora do jogo?: jovens negros no mercado de trabalho. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 63, n. spe, p. 26-37, 2011. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672011000300004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300004&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 Ago. 2020.

Santos, Joel Rufino dos, 1941 – **O que é racismo**/Joel Rufino dos Santos – São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

SANTOS, S. M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2017.113972. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/113972>. Acesso em: 05 fev. 2020.

SEYFERTH, Giralda. 1995. *A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos*. Anuário Antropológico 93:175-203.

SIMONE EUCLIDES, M.; SILVA, J. da. DIALOGANDO AUTOETNOGRAFIAS NEGRAS: INTERSECÇÕES DE VOZES, SABERES E PRÁTICAS DOCENTES. *Práxis Educacional*, [S. l.], v. 15, n. 32, p. 33-52, 2019. DOI: 10.22481/praxis.v15i32.5042. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5042>. Acesso em: 20 mai. 2021.

TRINDADE, Azoilda L. e SANTOS, Rafael. (Orgs). *Multiculturalismo – mil e uma faces da escola*. Rio de Janeiro: DP& A, 2000.

Uma versão traduzida pode ser acessada no portal Geledés – instituto da mulher negra: <https://>

VERSIANI, D.B. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. *Letras de Hoje*, v. 37, n. 4, 1 jul. 2013

[www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violenciacontra-](http://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violenciacontra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/) mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/ O texto original pode ser lido em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-themargins->